



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS –
ESCUTA PÚBLICA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
PNAB**

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas e doze minutos, teve início a audiência pública convocada pela **Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos** da Câmara Municipal de Petrópolis, com a finalidade de realizar escuta pública sobre a **Política Nacional Aldir Blanc**. A audiência foi aberta pela Exma. Sra. **Vereadora Professora Livia**, Presidenta da referida Comissão, que, fazendo uso da palavra, declarou: *"Senhoras e senhores, boa noite. Tendo sempre como meta a ampliação da participação popular, esta Casa Legislativa promove, na noite de hoje, sob o comando da Comissão de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, e de acordo com o Processo Administrativo nº 587/2025, conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, a realização desta audiência pública, convocada por meio do Edital nº 27/2025, com o objetivo de tratar da Política Nacional Aldir Blanc – Direitos Humanos e Direito à Cultura. Informamos que esta audiência está sendo transmitida em tempo real pelo canal da TV Câmara Municipal de Petrópolis no YouTube, bem como pelos canais 23.2 e 98 da Speed Speed Fiber. Ressalto ainda que a ata desta audiência será devidamente encaminhada ao Instituto Municipal de Cultura e ao Conselho Municipal de Cultura, a fim de que os pontos discutidos neste encontro possam ser considerados na elaboração do plano de aplicação dos recursos destinados ao município. Para compor a mesa desta audiência, convido o atual Presidente do Instituto Municipal de Cultura do Município de Petrópolis, Sr. Adenilson Honorato; o Chefe da Divisão de Orçamento do Instituto Municipal de Cultura, Sr. Leonardo Cerqueira; o Presidente do Conselho Municipal de Cultura, Sr. André Amon; a Sra. Diana Iliescu, ex-Presidenta do Instituto Municipal de Cultura e ex-Presidenta do Conselho Municipal de Cultura; a Sra. Alice Cavalcante, representante do Programa Nacional dos Comitês de Cultura; e a Sra. Carla Carvalho, representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e dos Pontos de Cultura. Para darmos início aos trabalhos, farei uma breve contextualização da política, embora todos os presentes tenham grande propriedade para tratar do tema. Também contaremos, em breve, com a participação da Deputada Estadual Dani Balbi, por meio de vídeo que será exibido na sequência. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura foi instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, com o objetivo de fomentar a cultura em todos os estados, municípios e no Distrito Federal. Trata-se de uma oportunidade histórica para garantir a aplicação de investimentos públicos na cultura de forma estruturada, com repasses regulares da União aos entes federativos, o que a distingue da primeira Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo, que possuíam*

caráter emergencial. Os projetos e programas inseridos na **Política Nacional Aldir Blanc** receberão investimentos contínuos, e os recursos poderão ser aplicados em editais de fomento ou em ações diretas dos entes federativos, tais como festas populares, aquisição de bens culturais, construção e manutenção de espaços culturais, entre outras atividades voltadas ao fortalecimento da cultura local. Ao longo do período de vigência da política, serão aplicados R\$15 bilhões em todo o território nacional. Para este segundo momento da política, o município de Petrópolis receberá o montante de R\$7.385.437,40. Informo, ainda, que o prazo para envio do plano de aplicação dos recursos encerra-se no dia 31 de agosto próximo. Sendo assim, esta audiência pública tem como finalidade colher contribuições da sociedade civil e dos agentes culturais para a elaboração da política municipal de execução desses recursos no âmbito do nosso município. Convido agora todos e todas para assistirem à manifestação da **Deputada Estadual Dani Balbi**, por meio de vídeo que será exibido a seguir." Na sequência, foi exibido vídeo encaminhado pela Exma. Sra. **Deputada Estadual Dani Balbi**, impossibilitada de comparecer presencialmente à audiência. Em sua manifestação, a parlamentar dirigiu-se à população petropolitana, nos seguintes termos: "Povo de Petrópolis, gostaria de parabenizar o Poder Legislativo municipal, em especial minha camarada, a **Vereadora Livia Miranda** — professora, articuladora cultural —, por estar participando da construção desta audiência pública que tem por objetivo debater a **Lei Aldir Blanc** de Fomento Direto à Cultura. Trata-se de um dos programas mais exitosos no que diz respeito à descentralização do fomento cultural, ao reconhecer a diversidade das atividades culturais e, principalmente, a relevância dos diversos setores, fazedoras e fazedores de cultura, os quais devem ser compreendidos pelo poder público como aquilo que de fato são: trabalhadoras e trabalhadores da cultura, geradores de renda e responsáveis pela vitalidade do ambiente cultural nas cidades, inclusive nas mais diversas do nosso país. Esses agentes culturais contribuem significativamente para o fortalecimento das atividades econômicas e para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional com parcelas importantes. Em Petrópolis, sabemos da força da cultura hip hop, dos musicistas, da existência de inúmeros equipamentos e aparelhos culturais que demandam, com urgência, investimentos diretos do poder público. Por isso, reitero meus cumprimentos à **Vereadora Livia** pela convocação desta audiência pública. Embora impossibilitada de estar presente fisicamente, coloco-me inteiramente à disposição para colaborar, no âmbito do Parlamento Estadual, com ações que contribuam para o sucesso deste importante programa de descentralização de recursos. Que tais ações possam frutificar e encontrar respaldo nas forças auxiliares do Legislativo fluminense, de modo a fortalecer especialmente as fazedoras e os fazedores de cultura populares, periféricos e negros, assegurando que nossa cultura, por ser mais diversa, também se torne mais densa e de maior qualidade. Contem sempre comigo. Um grande abraço e desejo uma excelente audiência a todas, todos e todes." Após a exibição do vídeo da **Deputada Estadual Dani Balbi**, a Exma. Sra. **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra para registrar: "Quero também deixar registrada a saudação da **Deputada Federal Jandira Feghali**, que infelizmente não pôde estar presente nesta noite, mas que estará em Petrópolis no próximo dia 4 de julho, ocasião em que fará o lançamento de seu livro intitulado 'Cultura é Poder'. A **Deputada Jandira**, que foi relatora da **Política Nacional Aldir Blanc**, possui histórico compromisso com a cultura, o que reforça a relevância de termos parlamentares comprometidos com pautas que verdadeiramente transformam a vida das pessoas, promovendo a justa distribuição de recursos para

os municípios. Assim, registro essa saudação em nome da deputada e reitero a importância da participação de todas as pessoas que nos acompanham, seja presencialmente, seja pelas transmissões, para que possamos colher contribuições efetivas da sociedade. É fundamental que esta escuta pública deixe sua marca, sua contribuição concreta, de forma a garantir que a formulação e a aplicação dos recursos no município tenham o nosso perfil, refletindo a diversidade e as necessidades reais do nosso território. Dando continuidade aos trabalhos, passo agora a palavra ao **Presidente do Instituto Municipal de Cultura - IMC, Sr. Adenilson Honorato**, a quem agradeço pela presença nesta audiência pública." Na sequência, fez uso da palavra o **Presidente do IMC, Sr. Adenilson Honorato**, que iniciou sua fala agradecendo à **Vereadora Professora Livia** pela iniciativa da audiência e dirigiu-se aos presentes nos seguintes termos: "Boa noite à mesa, aos servidores aqui presentes e a todas e todos que nos acompanham. Quero agradecer, especialmente, à **Vereadora Professora Livia** por esta iniciativa, tão necessária, em um momento em que o poder público precisa, acima de tudo, escutar. Escutar os segmentos culturais, para que possamos aplicar melhor os recursos que estão sendo destinados. O papel do poder público aqui, nesta noite, é de escuta. É permitir que a sociedade civil se manifeste, para que, a partir dessas contribuições, possamos colocar as políticas em prática de forma coerente e justa. A vereadora destacou corretamente que Petrópolis receberá um montante total de mais de R\$7 milhões ao longo de quatro anos, sendo que já recebeu recursos do primeiro ciclo, com mais de 60% de execução nacional conforme dados do Ministério da Cultura. Neste segundo ciclo, o município receberá aproximadamente R\$1.800.000,00. Já submetemos o plano de ação, assinamos o termo de adesão, e agora nos resta a finalização do Plano de Ação Anual de Recursos para que possamos efetivar o recebimento desses valores. Reforço, portanto, que hoje estamos aqui para ouvir as especificidades de cada segmento, de cada trabalhador e trabalhadora da cultura. Essa política vem sendo descentralizada justamente para que possamos implementá-la na ponta, atendendo à realidade local. Trago também uma reflexão que carrego da minha experiência na Secretaria de Estado ao longo dos últimos cinco anos: aquilo que o município não consegue alcançar, cabe ao estado apoiar e complementar, para que os recursos e as ações realmente cheguem onde precisam chegar. Finalizo agradecendo novamente o convite e reafirmando que estou à disposição. Esta noite pertence à sociedade civil, e, se o Parlamento está proporcionando esse espaço, deixo aqui meus parabéns." Após a manifestação do **Presidente do IMC**, a Exma. Sra. **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra, agradecendo ao presidente e prosseguindo com a composição da mesa: "Obrigada, **Presidente Adenilson**, por suas palavras e pela presença. Quero agora convidar para compor a mesa a Sra. **Amanda**, que aqui representa a **Vereadora Júlia Casamasso**. Em seguida, passo a palavra ao Sr. **Leonardo Cerqueira, Chefe da Divisão de Orçamento do Instituto Municipal de Cultura**, para que possa fazer suas considerações. Obrigada, **Léo**, por estar presente conosco nesta noite." Na sequência, fez uso da palavra o Sr. **Leonardo Cerqueira, Chefe da Divisão de Orçamento do Instituto Municipal de Cultura**, que agradeceu o convite e destacou: "Agradeço o convite, **Vereadora**, é um prazer estar aqui nesta audiência. Boa noite a todos os presentes. É extremamente importante para nós acompanhar de perto toda essa movimentação, especialmente considerando o ciclo histórico da **Lei Aldir Blanc**. Inicialmente concebida como uma medida emergencial durante a pandemia, a **Lei Aldir Blanc** teve o objetivo de oferecer socorro imediato à classe artística e cultural, profundamente afetada pelas



restrições sanitárias e pelo lockdown. Posteriormente, tivemos a **Lei Paulo Gustavo**, também com caráter emergencial, focada especialmente na retomada da produção audiovisual. Agora, no entanto, avançamos para um novo momento: o primeiro ciclo da **Política Nacional Aldir Blanc** e, em seguida, o segundo, que representa a consolidação de uma política pública permanente de fomento à cultura — não mais emergencial, mas com continuidade e planejamento para mais de um exercício orçamentário. Com isso, passamos a ter a missão de debater e construir políticas culturais estruturadas, que não apenas atendam às necessidades imediatas dos fazedores eazedoras de cultura, como nos momentos anteriores, mas que também contemplem a população em geral enquanto público consumidor de cultura. Este debate é fundamental para que possamos, coletivamente, chegar a propostas mais qualificadas e sintonizadas com a realidade do nosso município. Fico à disposição para seguir contribuindo ao longo da audiência, e agradeço novamente o espaço. Mais adiante, caso necessário, volto a me manifestar para que possamos garantir a fala de todos e todas.” Retomando a condução dos trabalhos, a Exma. Sra. **Vereadora Professora Lívia**, presidenta da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, agradeceu a intervenção anterior e prosseguiu: “Obrigada, **Léo**, pelas considerações. Quero passar agora a palavra para a Sra. **Amanda**, que representa nesta noite a **Vereadora Júlia Casamasso**, para que possa também trazer suas contribuições ao debate. Estamos aqui rodando a palavra na mesa, mas em breve abriremos para as manifestações do plenário, pois esta audiência é, sobretudo, um espaço de escuta e participação da sociedade civil. Aproveito para registrar e saudar as presenças do **Marcelo**, da **Neiva**, do **Leandro**, do **Marco Aureh** e da **Creusimar**, além do Sr. **Laureano**, ex-presidente do **Conselho Municipal de Cultura**, que também nos honra com sua presença nesta noite. Dando sequência, convido então a Sra. **Amanda** para fazer uso da palavra em nome da **Vereadora Júlia Casamasso**”. Em seguida, fez uso da palavra a Sra. **Amanda**, assessora parlamentar e representante da **Vereadora Júlia Casamasso**, que iniciou sua fala com uma saudação ao público e justificativa da ausência da parlamentar: “Boa noite a todas e todos. Inicialmente, gostaria de me apresentar: Sou **Amanda**, assessora da **Vereadora Júlia Casamasso**. Antes de iniciar minhas considerações, quero justificar a ausência da **Vereadora**, que segue atuando na sala de aula e, neste momento, está ministrando aula para sua turma. Por esse motivo, estou aqui representando o mandato. Além da atuação parlamentar, sou produtora cultural e acompanho diretamente as propostas e iniciativas do mandato relacionadas às políticas culturais, justamente com o objetivo de fortalecer ações que dialoguem com políticas públicas permanentes para o setor. Por isso, considero de extrema importância estarmos reunidos aqui hoje. É essencial que espaços de escuta como este sejam fortalecidos, pois são oportunidades reais de construção coletiva. Parablenzo a **Vereadora Professora Lívia** pela iniciativa desta audiência pública e reitero que estamos aqui, enquanto mandato, para escutar e contribuir de forma efetiva na formulação de políticas públicas voltadas aos fazedores eazedoras de cultura da cidade. Muito obrigada.” Na continuidade dos trabalhos, a Exma. Sra. **Vereadora Professora Lívia** agradeceu à representante da **Vereadora Júlia Casamasso** e informou sobre ausências previamente justificadas, prossequindo com a palavra: “Obrigada, **Amanda**, pela presença e por representar a **Vereadora Júlia Casamasso** nesta audiência. Informo também que estava prevista a presença do Sr. **Edu Nascimento**, responsável pelo **Escritório do Ministério da Cultura no estado do Rio de Janeiro**. No entanto, em virtude de compromissos de agenda, ele



não pôde estar conosco nesta noite. Dando sequência, passo agora a palavra ao Sr. **André Amon, presidente do Conselho Municipal de Cultura**. André, agradeço imensamente sua presença. Atuamos juntos no Conselho e sabemos da importância da participação da sociedade civil nesses espaços. Esta audiência é uma oportunidade fundamental para que a sociedade possa expressar suas opiniões e apontar os rumos que deseja para a política cultural do nosso município. Agradeço antecipadamente pelas suas contribuições, que certamente irão enriquecer os debates desta noite, representando não apenas o **Conselho**, mas também o conjunto da sociedade civil cultural petropolitana. Muito obrigada." Na sequência, fez uso da palavra o Sr. **André Amon, presidente do Conselho Municipal de Cultura**, que iniciou sua intervenção agradecendo o convite e destacando a importância do momento para o setor cultural: "Boa noite a todas e todos presentes. Agradeço imensamente o convite e me sinto honrado por estar, neste momento, à frente do **Conselho Municipal de Cultura**. Há alguns anos venho atuando no campo das políticas culturais e gostaria de compartilhar uma breve reflexão com base nessa trajetória. Como foi bem pontuado anteriormente pelo Sr. **Leonardo Cerqueira**, a **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)** surgiu inicialmente em um contexto emergencial, em um momento de profunda vulnerabilidade para a classe artística, oferecendo uma espécie de sobrevivência num cenário de crise. No entanto, hoje, essa política se consolida como uma política nacional permanente — o que nos impõe uma nova responsabilidade. Defendo, há algum tempo, que devemos direcionar o debate não apenas para a sobrevivência da cultura, mas para a criação de um campo fértil e estruturado de trabalho cultural. Quando falamos da execução de recursos públicos oriundos da **PNAB**, não estamos tratando apenas de repasses pontuais, mas da oportunidade de construir políticas constantes, duradouras e sustentáveis. É fundamental que tenhamos sobriedade e consciência no momento da aplicação desses recursos, inclusive na elaboração e execução dos projetos culturais. A política cultural não pode se resumir à aprovação de um edital, à execução de uma ação pontual, e à finalização de um ciclo isolado. Precisamos, ao contrário, atentar para as necessidades estruturais do setor e transformar a aplicação dos recursos em algo que promova real impacto social e cultural — com continuidade e perspectiva de longo prazo. Enfatizo também a necessidade de promovermos a articulação entre os diversos setores: artistas, gestores, empreendedores culturais e também o setor empresarial. Historicamente, essa união já existiu e pode ser retomada como forma de ampliar o alcance das ações culturais. Hoje, temos em mãos uma ferramenta poderosa: o acesso a recursos públicos para o fomento cultural. O bom uso desses recursos, com responsabilidade, planejamento e visão estratégica, depende de nós. O impacto de cada projeto aprovado deve ir além do imediato — ele deve ser pensado como parte de um processo de transformação social real e duradouro. Portanto, deixo aqui este alerta e este chamado à reflexão: não devemos pensar apenas no valor financeiro que está sendo disponibilizado, mas sim em como e para onde ele está sendo destinado. A responsabilidade de quem recebe o recurso é tão importante quanto a sua execução. É preciso agir com objetividade, consciência e foco em resultados concretos, para que essa política se traduza, de fato, em transformação." Em seguida, a **Vereadora Professora Livia**, presidenta da audiência, retomou a palavra para comentar a fala do Sr. **André Amon**, presidente do **Conselho Municipal de Cultura**. Agradeceu sua contribuição e destacou a relevância de um ponto mencionado, que considera central na implementação da **Política Nacional Aldir Blanc**: "Uma coisa que você diz e eu quero ressaltar aqui é



a importância do controle social. Porque é a primeira vez na história que a gente tem recursos de uma política nacional destinada à cultura sendo aplicados e realizados nos municípios. E a gente precisa ter o controle popular, o controle social, para dizer se o recurso está sendo aplicado onde a gente quer, e se estamos sentindo, de fato, que há democratização do acesso à cultura." A **Vereadora** enfatizou a necessidade de compreender o acesso à cultura em sua pluralidade, referindo-se às diversas expressões e manifestações culturais existentes no território. Ressaltou que o acompanhamento popular é essencial para garantir que os recursos da **PNAB** cheguem às pessoas que historicamente nunca foram contempladas com recursos públicos para cultura, apesar de sempre terem produzido manifestações culturais. Pontuou ainda: "Penso que o controle popular, através dos movimentos sociais e dos segmentos culturais, possa fazer esse acompanhamento da aplicação dos recursos da política no cotidiano — e que as pessoas possam ser remuneradas por fazer arte, por fazer cultura." Na sequência, a **vereadora** anunciou a fala da Sra. **Diana Iliescu, ex-Presidenta do Instituto Municipal de Cultura, ex-presidenta do Conselho Municipal de Cultura** e atualmente assessora da **Deputada Estadual Dani Balbi**, reconhecida por sua atuação expressiva no campo da cultura. Por fim, informou que, após as falas das demais integrantes da mesa, estaria aberta a participação do público, solicitando que os interessados em se inscrever procurassem a servidora **Cristiane Monteiro**, que já se encontrava realizando as inscrições. **Diana Iliescu, ex-presidenta do IMC, ex-presidenta do Conselho Municipal de Política Cultural** e atualmente assessora da **Deputada Estadual Dani Balbi**, saudou todos os presentes e destacou a relevância da audiência pública como parte integrante da execução da **PNAB**, a qual pressupõe escuta e participação popular. Agradeceu à **Vereadora Professora Livia** pela iniciativa de convocar a audiência, saudando também diversas autoridades e representantes da sociedade civil e do poder público presentes, entre eles: o presidente do **Instituto Municipal de Cultura, Adenilson Honorato**; o colaborador das políticas públicas locais, **Leonardo Cerqueira**; o presidente do **Conselho Municipal de Cultura, André Amon**; a representante dos **Comitês de Cultura do Ministério da Cultura, Alice**; a representante do **Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Carla**; a assessora parlamentar da **Vereadora Júlia Casamasso, Amanda**; os funcionários do **Instituto Municipal de Cultura, Marco Aureh, Davi e Creusimar**; os servidores da Câmara Municipal; os colaboradores da gestão passada do **IMC, Marcelo Moraes, Cristiane Monteiro, Guilherme Freitas e Guilherme Barcelos**; além de representantes de segmentos culturais presentes, como **Neiva e Laureano**. Destacou que Petrópolis possui uma trajetória pioneira na organização e atuação do **Conselho Municipal de Cultura**, ressaltando que o órgão é deliberativo há muitos anos e que o município já se encontra em seu segundo Plano Decenal de Cultura. Reforçou a importância da participação social na definição e aprimoramento dos investimentos públicos no setor cultural, como uma conquista que deve ser preservada e ampliada. Ao contextualizar a **Política Nacional Aldir Blanc**, a ex-presidenta apresentou um panorama histórico que remonta à pandemia da COVID-19, quando, em 2020, foi aprovada a **Lei Aldir Blanc 1 (LAB 1)** como medida emergencial. Segundo explicou, tratou-se da primeira vez em que recursos federais foram descentralizados para todos os 5.570 municípios e 27 unidades federativas do país, criando um novo paradigma de política cultural pública no Brasil. A experiência, com recursos do **Fundo Nacional de Cultura** até então não executados, possibilitou que agentes culturais nos territórios passassem a acessar recursos de fomento direto. Na sequência, tratou da



Lei Paulo Gustavo, que utilizou recursos do **Fundo Setorial do Audiovisual**, vinculado à **ANCINE**, para dar continuidade ao processo de descentralização durante os anos de 2021 e 2022. Segundo **Diana**, aproximadamente dois terços dos recursos da referida lei foram destinados ao setor audiovisual, o que gerou um impacto significativo no fortalecimento da produção cinematográfica em Petrópolis, favorecendo diretamente a atuação da **Petrópolis Film Commission** e incentivando o surgimento de novas produções locais. **Diana** ressaltou ainda a atuação da **Deputada Federal Jandira Feghali**, responsável pela proposição da criação da **PNAB** como política pública permanente. Explicou que, com sua sanção, a **PNAB** passou a prever, anualmente, o repasse de recursos do Tesouro Nacional a estados e municípios. Em Petrópolis, esse aporte tem girado em torno de dois milhões de reais por ano, representando uma ampliação substancial da capacidade de fomento direto à cultura na cidade. Complementou destacando que o município conta também com a **Lei nº 8.087**, que atualiza o **Sistema Municipal de Cultura** e garante a destinação anual de recursos do **Fundo Municipal de Cultura** para editais e projetos estruturantes. Anteriormente, esses valores giravam em torno de R\$500 mil por ano, sendo hoje potencializados pelo repasse federal. Destacou, contudo, que o valor de 2025 sofreu leve redução devido à queda na arrecadação do ICMS. Por fim, reforçou a necessidade de o poder público ir além da publicação de editais, implementando políticas públicas estruturantes e sustentáveis, que garantam a continuidade de ações, a recuperação de equipamentos culturais, a ampliação do apoio à produção cultural, o estímulo à participação da iniciativa privada por meio de leis de incentivo (como a Rouanet e a estadual), e a urgente regulamentação da lei municipal de incentivo à cultura. Alertou, ainda, para os impactos futuros da Reforma Tributária, que prevê a extinção do ICMS e do ISS, o que exigirá a criação de novos mecanismos de incentivo fiscal à cultura. Encerrando sua fala, **Diana** reafirmou que a cultura é uma vocação histórica e econômica de Petrópolis, destacando sua relevância patrimonial, turística e criativa. Lembrou que eventos como a Bauernfest comprovam a força cultural local, defendendo que o setor seja cada vez mais reconhecido como base econômica estratégica da cidade. Parabenizou a realização da audiência pública e agradeceu a oportunidade de participação. Na sequência, a **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra agradecendo à Sra. **Diana Iliescu** por sua contribuição, destacando que a exposição realizada contribui significativamente para o entendimento da audiência quanto ao papel do município e do poder legislativo na promoção de políticas culturais. Enfatizou que, embora a **Política Nacional Aldir Blanc** represente um avanço expressivo ao descentralizar recursos federais, é fundamental que o município também assuma o compromisso de destinar recursos próprios para a cultura. Ressaltou que: *"Uma coisa é o que vem do governo federal, que é a Política Nacional Aldir Blanc; outra coisa é o compromisso do município em destinar recurso próprio para a cultura."* Defendeu que essa destinação deve ser acompanhada por transparência e critérios democráticos, evitando a instrumentalização da política cultural como moeda de troca ou balcão de negócios. Reforçou a necessidade de garantir que grupos e artistas da periferia, que historicamente não acessaram recursos públicos mesmo sendo produtores ativos de cultura em seus territórios, possam ser contemplados pelas políticas e editais com recursos do orçamento municipal. Antes de encaminhar a palavra à próxima integrante da mesa, a **Vereadora** destacou ainda a importância do programa **Cultura Viva**, política também contemplada pela **PNAB**, mas que enfrenta desafios relacionados à ausência de informações estruturadas e à dificuldade de de



mapeamento dos agentes e pontos de cultura no município. Considerou este um elemento central que deve ser enfrentado para garantir uma política cultural ampla, territorializada e verdadeiramente inclusiva. Encaminhou, então, a palavra à Sra. **Alice Cavalcante**, representante dos **Comitês de Cultura do Ministério da Cultura**, informou que, em seguida, a palavra seria concedida à Sra. **Carla Carvalho**, representante do **CDDH**, antes da abertura das falas ao plenário. Na sequência, fez uso da palavra a Sra. **Alice**, jornalista, produtora cultural e representante do **Instituto Caminho da Roça**, organização sem fins lucrativos localizada na zona rural do distrito de Secretário, em Petrópolis. Cumprimentou os presentes, saudou os integrantes da mesa e parabenizou a **Vereadora Professora Livia** pela iniciativa de realizar a audiência pública, destacando sua importância no fortalecimento das políticas públicas culturais. Explicou que o **Instituto Caminho da Roça** integra atualmente o **Programa Nacional dos Comitês de Cultura**, uma iniciativa do **Ministério da Cultura** com o objetivo de democratizar o acesso às políticas públicas de cultura. Segundo **Alice Cavalcante**, o programa atua em ações de mobilização, formação e comunicação, especialmente voltadas aos fazedores de cultura que historicamente estiveram à margem do acesso a recursos e editais públicos. Relatou sua participação em encontros recentes promovidos pelo **Instituto Municipal de Cultura** no Centro de Cultura e no distrito da Posse, destacando a importância da mobilização como etapa fundamental para garantir a efetiva implementação da **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**. Enfatizou a necessidade de que os produtores culturais compreendam que, mesmo aqueles que sempre atuaram sem apoio institucional, têm o direito e a legitimidade de acessar os recursos públicos da cultura. Nesse sentido, destacou que o papel do **Instituto Caminho da Roça** é atuar de forma colaborativa com o **Instituto Municipal de Cultura** e com o **Ministério da Cultura**, promovendo ações que envolvam desde plantões de inscrição em editais até capacitações práticas sobre como elaborar projetos e transformar ideias em propostas viáveis de fomento. Pontuou que a diversidade cultural de Petrópolis precisa ser evidenciada e apoiada, reforçando que os recursos da **PNAB** devem chegar às zonas rurais, comunidades periféricas e territórios culturalmente ativos, mas historicamente invisibilizados. Destacou que o trabalho do Comitê tem como objetivo garantir que todos se sintam parte da política pública de cultura, contribuindo diretamente para sua descentralização e democratização. Concluiu reafirmando o compromisso do Comitê em ser um canal de mobilização, comunicação e formação, atuando de maneira articulada para o fortalecimento da cultura no município. Após a fala da representante dos **Comitês de Cultura**, a **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra, agradecendo à **Alice Cavalcante** pela participação e estendendo seus cumprimentos à equipe do **Instituto Caminho da Roça**, em especial à atuação da **Janice**, do **Guilherme** e da **Cristiane Monteiro**, que também integrou o **Instituto** em determinado período, atuando na área de mobilização cultural. A **Vereadora** destacou a relevância do debate em torno da acessibilidade aos recursos públicos da cultura, enfatizando que, muitas vezes, tanto jovens quanto pessoas com trajetória consolidada na produção cultural encontram dificuldades em elaborar seus próprios projetos. Citou que, embora haja recursos disponíveis por meio de editais, o acesso a esses instrumentos depende de um conhecimento técnico específico, o que acaba excluindo parte significativa dos agentes culturais. Recordou que, no ano anterior, o **Instituto Municipal de Cultura** promoveu oficinas de elaboração de projetos, iniciativa que considerou fundamental e que, em seu entendimento, deve ser institucionalizada como prática contínua, garantindo que produtores culturais que

enfrentam dificuldades na redação de projetos tenham acesso a estrutura de apoio e formação. Ressaltou que mais do que informar as regras de participação, é necessário orientar na execução prática das etapas exigidas, possibilitando que a política de fomento se torne, de fato, inclusiva. Em seguida, a **Vereadora** anunciou a próxima participação, concedendo a palavra à Sra. **Carla Carvalho**, representante do **Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)**, a quem agradeceu pela presença e homenageou publicamente pela atuação da entidade na cidade de Petrópolis. Destacou que o **CDDH** tem promovido transformações reais na vida da juventude e das comunidades periféricas por meio de apresentações artísticas, formação cultural e ações continuadas de valorização da cultura popular. Encerrou sua intervenção parabenizando o **CDDH** por sua entrega e compromisso com a cidade, afirmando que o trabalho da entidade tem sido responsável por formar gerações de fazedores de cultura, o que merece amplo reconhecimento institucional. Fez uso da palavra a Sra. **Carla Carvalho**, representando o **Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)**. Iniciou sua fala saudando a **Vereadora Professora Livia**, destacando a importância da presença constante da parlamentar nas comunidades e agradecendo, em nome da equipe e da diretoria do **CDDH**, pela realização da audiência e pela valorização das pautas culturais. Em sua exposição, resgatou a trajetória histórica do **CDDH**, instituição que acompanha desde a infância, lembrando atividades desenvolvidas há mais de 35 anos, como a "TV na rua", exibida no calçadão do CENIP, que promovia a escuta popular por meio de gravações nas comunidades e sua posterior exibição em espaços públicos, permitindo que a população se reconhecesse e se visse representada. Destacou o papel vanguardista da instituição, que desde suas origens realiza teatro de rua, ações culturais comunitárias e formação cidadã, e enfatizou que, embora estivesse ali como representante do **CDDH**, não falava em nome da rede de pontos de cultura, ainda que o **CDDH** seja um ponto de cultura ativo. Afirmou que sua fala partia do lugar institucional, mas reconhecendo a atuação transversal em diversos segmentos culturais. **Carla** direcionou sua fala especialmente às pessoas que fazem cultura e muitas vezes não se reconhecem como fazedoras de cultura, como as que organizam festas comunitárias, apresentações de dança e oficinas de artesanato. Pontuou que o caráter intuitivo e orgânico da produção cultural popular pode dificultar o acesso a políticas públicas de fomento, especialmente quando estas exigem conhecimento técnico para inscrição em editais, elaboração de projetos e adequação a formatos burocráticos. Alertou que, em alguns casos, oficinas mal conduzidas podem mais afastar do que incentivar essas pessoas a participarem, pela complexidade da linguagem utilizada. Em tom crítico, afirmou que é necessário facilitar e democratizar o acesso às políticas culturais, reconhecendo que a elaboração de projetos é um processo árduo, muitas vezes com alto índice de rejeição, o que dificulta ainda mais para quem vive da cultura. Defendeu que as políticas públicas precisam prever monitoramento e avaliação social, indo além do controle formal, para garantir que a sociedade participe ativamente da construção, acompanhamento e aprimoramento das ações culturais. Referindo-se ao carnaval e às festas populares, lembrou o impacto da retomada dessas manifestações após anos de resistência, mencionando o episódio da apresentação da banda petropolitana que abriu o show do Emicida no Festival de Inverno do SESC Quitandinha, como exemplo da força e da valorização da produção cultural local. Lamentou, porém, o fim recente dessa banda, destacando o desafio de manter a produção cultural viva. Crítico propostas recentes da gestão municipal relacionadas ao fechamento antecipado de bares e espaços culturais, questionando como tais



medidas impactam diretamente os músicos e artistas locais, que têm na noite e nos finais de semana seus principais momentos de trabalho e visibilidade. Considerou que tais ações revelam um projeto de cidade excludente, que privilegia determinadas manifestações culturais em detrimento de outras, notadamente as populares e periféricas. Com veemência, afirmou que não se pode construir uma política cultural democrática enquanto se impõe restrições à livre expressão artística em espaços públicos e comunitários, reiterando que cultura é um direito humano e deve ser acessível a todos, em suas diversas formas. Criticou a tendência de eruditização das políticas culturais, que acabam excluindo manifestações como o funk, o samba, o carnaval de rua e as festas comunitárias, em nome de um modelo cultural elitizado. Ao concluir, reforçou a importância da **PNAB** como política descentralizadora e inclusiva, mas alertou que sua eficácia depende da superação de barreiras burocráticas, da efetiva democratização do acesso e do reconhecimento da diversidade cultural existente no município. Agradeceu à **Vereadora** pela resistência e pelo compromisso com a defesa das políticas públicas de cultura e afirmou que a sociedade civil organizada seguirá resistindo e construindo cultura nos territórios, como sempre fez. Na continuidade da audiência, a **Vereadora Professora Livia**, presidenta da mesa, retomou a palavra agradecendo à Sra. **Carla**, representante do **CDDH**, por sua intervenção contundente e sensível. A **Vereadora** destacou que a fala reforça a necessidade de políticas públicas que promovam, de fato, a inclusão e a valorização da cultura popular e periférica. Compartilhou com os presentes que já vem promovendo diálogos com proprietários de bares e restaurantes, artistas e músicos locais, a respeito das restrições recentes ao funcionamento de estabelecimentos culturais na cidade. Mencionou, como exemplo, o caso da Sra. **Soninha**, proprietária do **Bar La Rocca**, espaço reconhecido por acolher artistas e trabalhadores da cultura após suas apresentações, e que tem sido impactado por medidas que restringem o funcionamento noturno. Ressaltou que essas medidas atingem diretamente a liberdade de expressão artística e o direito ao lazer da classe trabalhadora: *"O trabalhador da cultura não está podendo mais se divertir."* A **Vereadora** reforçou que o objetivo da política cultural deve ser garantir o direito à cidade, assegurando que todas as expressões artísticas possam coexistir — do funk ao hip hop, do violão ao piano, do samba ao balé — de forma democrática e respeitosa. Declarou que: *"A gente não quer ter que escolher qual é a arte que a gente vai conhecer, ouvir, cantar, dançar... a gente quer poder simplesmente viver."* Na sequência, encaminhou a palavra ao **Presidente do IMC**, solicitando informações sobre a realização de pesquisa de opinião junto à sociedade sobre a **PNAB**, questionando se os dados já estavam sendo sistematizados e se haveria possibilidade de compartilhamento com o **Conselho Municipal de Cultura** para fins de acompanhamento e deliberação. Indicou que, após a fala do presidente, a palavra seria passada ao Sr. **Leonardo Cerqueira**, servidor do **Instituto Municipal de Cultura**, e posteriormente ao público presente, com abertura para manifestações do plenário. Fazendo uso da palavra, o **Presidente do IMC**, Sr. **Adenilson Honorato**, iniciou sua intervenção destacando que não se estenderia por muito tempo e que sua intenção principal era responder aos questionamentos apresentados anteriormente, além de apresentar informações relevantes sobre a gestão da política cultural no município. O **Presidente** confirmou que está em curso uma consulta pública online relativa à aplicação dos recursos da **PNAB**, sob coordenação dos servidores **Marco Aureh** e **Leonardo Cerqueira**, como forma de ampliar os canais de participação social, especialmente para aqueles que não



puderam estar presencialmente na audiência. Ressaltou que essa ferramenta é fundamental para garantir a escuta democrática e o envolvimento direto da população nas decisões sobre os rumos da política cultural local. Agradeceu à Sra. **Carla**, do **CDDH**, pelas considerações feitas durante sua fala e afirmou que o **IMC** tem buscado, com esforço, estabelecer e fortalecer o diálogo com todos os segmentos culturais da cidade, mesmo reconhecendo os desafios envolvidos nesse processo. Reforçou que compartilha da preocupação com a necessidade de alcançar as periferias e os territórios historicamente excluídos das políticas públicas de fomento à cultura. Ao assumir a pasta, relatou ter se deparado com um remanescente de recursos do primeiro ciclo da **PNAB** e, diante disso, acionou o **Conselho Municipal de Cultura** para identificar os segmentos que ainda não haviam sido contemplados por editais anteriores. Com base nesse diagnóstico, o **IMC** lançou cinco editais inéditos, com foco em áreas que tradicionalmente não haviam recebido apoio institucional. Dentre esses editais, citou especificamente: Capoeira, que não havia sido contemplada anteriormente e que representa uma expressiva manifestação cultural afro-brasileira presente nos territórios da cidade; Artesanato, com atenção especial às mulheres empreendedoras, muitas delas participantes da Feira da Mulher Empreendedora, realizada no Centro de Cultura, da qual a **Vereadora Professora Livia** participou ativamente; Literatura e contação de histórias, com significativa adesão e número expressivo de inscrições; Gastronomia, com a realização de uma feira gastronômica voltada ao fortalecimento do setor e ao desenvolvimento econômico-cultural da cidade. Destacou que, apesar da limitação de recursos, foi possível atender parcialmente aos segmentos demandantes, em articulação direta com as representações envolvidas, mantendo a escuta ativa e contínua. Informou, ainda, que já há previsão de reedição dos editais de capoeira e artesanato, a partir dos resultados observados e do retorno recebido da sociedade. O **Presidente** também mencionou o diálogo recente com representantes do segmento do skate, reconhecendo que, embora vinculado ao esporte, o skate também constitui uma expressão cultural urbana que deve ser incluída nas políticas públicas culturais da cidade. Relatou ter visitado um espaço onde jovens praticam skate em condições limitadas, e reforçou que essa juventude precisa ser alvo de atenção e investimento. Em tom conclusivo, reafirmou seu compromisso com a escuta e o diálogo contínuo, reiterando que a cultura envolve também o direito ao lazer, à convivência e ao acesso a manifestações populares como o carnaval. Compartilhou uma lembrança afetiva, citando um ensinamento de sua mãe: *"Carnaval não tem branco, não tem preto, não tem pobre, não tem rico. Todos se divertem."* Por fim, reforçou que o **Instituto Municipal de Cultura** seguirá empenhado em ampliar o alcance das políticas culturais, com prioridade para os bairros e comunidades periféricas, e agradeceu à **Vereadora** e aos presentes pela oportunidade de dialogar. Em seguida, a **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra para encaminhar a participação do servidor do **Instituto Municipal de Cultura**, **Leonardo Cerqueira**. Antes de lhe conceder a fala, aproveitou a oportunidade para informar que, na semana anterior, a mandata protocolou um projeto de lei que reconhece a prática do skate como patrimônio cultural e imaterial do município de Petrópolis. A proposta foi apresentada em alusão ao Dia do Skate, celebrado nacionalmente em 21 de junho. A **Vereadora** destacou a importância simbólica e política desse reconhecimento, afirmando que: *"O skate não é só uma prática de andar de skate. É um modo de ver o mundo. Portanto, é cultura."* Na sequência, a presidenta anunciou que, após a fala do Sr. **Leonardo Cerqueira**, a palavra seria concedida ao gerente do **Instituto Municipal de Cultura**, **Marco**



Aureh, para que também pudesse apresentar suas considerações. O Sr. **Leonardo Cerqueira** iniciou, destacando a necessidade de realizar uma consideração prévia sobre a metodologia antes do início da escuta. Informou que a escuta pública é uma exigência legal, conforme previsto na **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**, que determina a obrigatoriedade da participação popular no processo. Ressaltou que, em anos anteriores, a participação popular ocorreu por meio de audiências públicas. Neste ano, já foram realizadas três audiências: duas no Centro de Cultura e uma no distrito da Posse. Explicou que, embora a presente audiência tenha sido convocada pela Câmara Municipal, ela integra o processo de escuta pública e será considerada como mais uma instância válida de participação a ser encaminhada ao Ministério da Cultura. Acrescentou, ainda, que a utilização de formulários é uma estratégia complementar, com o objetivo de ampliar o alcance da escuta. Reconheceu que muitas pessoas, por questões de tempo ou disponibilidade, não conseguem comparecer presencialmente às audiências. Assim, a proposta do formulário visa garantir maior participação da população nesse processo democrático e de construção coletiva das políticas públicas. Prosseguiu, sua fala destacando que o formulário digital tem como objetivo alcançar aqueles que, por diferentes motivos, não conseguem participar presencialmente das escutas públicas. Enfatizou que essa ferramenta vem para somar, ampliando as vozes ouvidas no processo de construção das políticas públicas culturais. Informou que o formulário está disponível no site da Prefeitura de Petrópolis (PMP). Para acessá-lo, basta entrar no site, rolar a página até o final e localizar a área onde ficam os editais, identificada por ícones de máscaras do Teatro – popularmente referida como a "barra Cultura". Ao clicar nessa seção, encontra-se o link direto para o formulário da escuta pública. Acrescentou que a proposta é manter o formulário aberto por mais alguns dias durante a semana, com o intuito de compilar os dados posteriormente, garantindo uma análise mais ampla e representativa. Sobre a menção à obrigatoriedade de encaminhamento das decisões ao **Conselho Municipal de Cultura**, o Sr. **Leonardo** esclareceu que essa exigência decorre de dois fundamentos principais: a própria **Lei Nacional Aldir Blanc** e o **Sistema Municipal de Cultura**. Ressaltou que, mesmo antes da implementação da **Lei Aldir Blanc** no município, já havia previsão normativa de que qualquer verba que ingressasse no **Fundo Municipal de Cultura** deveria ser submetida à deliberação do **Conselho**, conforme disposto desde a criação do sistema municipal em 2010. Destacou que, portanto, a obrigatoriedade de encaminhar os processos ao **Conselho Municipal de Cultura** já existiria mesmo na ausência da **Lei Aldir Blanc**, sendo uma exigência respaldada pela legislação local. Assim, os dados provenientes das escutas públicas — como a audiência em curso e o formulário de consulta pública online — serão encaminhados à próxima reunião ordinária do **Conselho Municipal de Cultura**, onde será iniciado o debate deliberativo. Dependendo da complexidade das análises, poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, conforme a necessidade. O servidor reforçou, ainda, a importância de reconhecer a legitimidade e a composição do **Conselho**, que é constituído por representantes do poder público e por representantes da sociedade civil eleitos por segmentos culturais específicos. Assim, cada linguagem artística (como música, dança, teatro, artesanato, entre outras) têm voz no processo de deliberação por meio de seus conselheiros. Nesse sentido, salientou que é essencial que os fazedores de cultura reconheçam e dialoguem com seus representantes nos segmentos, contribuindo com propostas coletivas que subsidiem as decisões do colegiado. Encerrando sua fala, fez um apelo para que todos os presentes e envolvidos no setor cultural compartilhem amplamente o formulário da



consulta pública, reforçando que quanto maior o número de respostas, mais representativa e ampla será a amostragem que embasará a análise no **Conselho**. Destacou que os conselheiros já estão com acesso ao material, e que a participação ativa dos segmentos será determinante para garantir a efetividade, transparência e legitimidade da implementação da **PNAB** em Petrópolis. Concluiu agradecendo a atenção de todos e reiterando que o debate será fundamental na etapa seguinte do processo. Na sequência, a **Vereadora Professora Livia** retomou a palavra para agradecer a contribuição do senhor **Leonardo Cerqueira**, destacando a importância dos esclarecimentos prestados sobre os trâmites da consulta pública e o papel deliberativo do **Conselho Municipal de Cultura** no âmbito da **Política Nacional Aldir Blanc**. Informou que concederia novamente a palavra à Sra. **Carla**, que solicitou uma breve complementação à sua intervenção anterior. Em seguida, antecipou que a palavra será passada ao Sr. **Marco Aureh**, gerente do **Instituto Municipal de Cultura**, e, posteriormente, será aberta a etapa de intervenções do público, com a escuta das pessoas previamente inscritas. Convidou então a Sra. **Carla** a fazer uso da palavra. Retornando à palavra a pedido, a Sra. **Carla**, representante do **Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)**, agradeceu a possibilidade de complementação e justificou sua reinscrição devido à relevância de um ponto que havia deixado de mencionar anteriormente. Em sua fala, destacou a importância de se considerar as pautas afirmativas no desenho e execução das políticas culturais, especialmente no âmbito da **Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)**. Ressaltou que garantir cotas de participação para grupos historicamente marginalizados, como a população negra, é fundamental para promover justiça e equidade no acesso aos recursos da cultura. No entanto, pontuou que essa participação deve ser assegurada com liberdade de criação, sem imposições temáticas ou direcionamentos arbitrários que limitem a expressão dos sujeitos contemplados. Enfatizou que não se pode obrigar um artista negro, por exemplo, a tratar de um tema específico apenas por sua identidade racial, se isso não corresponder à sua intenção criativa. Segundo ela, a cultura deve ser, acima de tudo, um espaço de liberdade de expressão e construção autônoma de narrativas. Ilustrou sua colocação citando as vivências do **CDDH** com a juventude das periferias, onde, frequentemente, os jovens manifestam múltiplas pautas e desejos criativos, refletindo a diversidade de suas experiências. Reforçou que a imposição de temas em editais culturais pode ser percebida como uma forma de cerceamento da liberdade artística, mesmo em contextos de políticas afirmativas. Finalizou sua intervenção afirmando que, além da inclusão por meio de cotas, é igualmente essencial assegurar a liberdade de escolha sobre os temas e formas de expressão artística, evitando qualquer tipo de limitação que possa comprometer a potência criativa dos fazedores de cultura. A **Vereadora Professora Livia** agradeceu a intervenção da Sra. **Carla**, considerando-a excelente, aproveitou a oportunidade para compartilhar uma experiência pessoal relacionada ao tema. Relatou que participou de um edital cultural no ano de 2023, e executou o projeto em 2024. Destacou que, apesar de não possuir dificuldades com escrita, enfrentou diversos desafios durante o processo, o que reforça a importância da formação permanente para os fazedores de cultura que não têm o hábito da escrita e que, por essa razão, podem encontrar barreiras para acessar os recursos públicos disponíveis. Pontuou que esse é um aspecto central a ser considerado na construção das políticas culturais, especialmente no que se refere à democratização do acesso aos editais. Informou que está anotando os encaminhamentos que vêm sendo apontados ao longo da audiência e reiterou o compromisso de encaminhá-los ao **Conselho**

Municipal de Cultura e ao Instituto Municipal de Cultura (IMC), conforme já havia mencionado na abertura da audiência pública. Encerrando sua fala, convidou o Sr. **Marco Aureh**, gerente do Instituto Municipal de Cultura, para fazer suas considerações. O Sr. **Marco Aureh** iniciou sua fala realizando uma breve pontuação e apresentando um informe a respeito da consulta pública mencionada anteriormente. Informou que o formulário da consulta já conta com cerca de 150 respostas, e destacou que esse instrumento, quando sistematizado, é relevante justamente por permitir a aferição de dados específicos, que muitas vezes não emergem apenas pela escuta oral. Ressaltou que a aplicação da consulta por meio de formulários tende a proporcionar resultados mais objetivos. Em seguida, abordou a questão da temática nos editais culturais, mencionada anteriormente. Expôs seu entendimento de que, embora a imposição de temáticas possa ser um fator limitador, em alguns casos ela pode também atuar como elemento de estímulo à criação artística, ao provocar os fazedores de cultura a saírem de suas expressões mais individuais para elaborar obras a partir de propostas definidas. Exemplificou com atividades como compor uma música sobre o sol ou desenvolver uma temática sobre o carnaval, apontando que isso pode fomentar a criatividade. No entanto, reconheceu que a cultura é ampla e deve refletir os mais diversos e plurais interesses, sendo, portanto, inadequado impor temáticas de forma generalizada, sob risco de se cercear a liberdade artística. O Sr. **Marco Aureh** destacou ainda a importância da comunicação nos projetos culturais. Reforçou que, embora o artista receba o recurso para executar seu projeto, o público final é a comunidade, que deve ser considerada e envolvida no processo de fruição cultural. Questionou de que forma a sociedade recebe esses recursos e quais impactos eles geram, considerando que esse aspecto deve ser discutido com profundidade. Apontou como desafio a mobilização de público, observando que, apesar da relevância dos espaços de escuta e debate, muitas vezes há esvaziamento das atividades, como ocorreu recentemente com uma oficina realizada com profissionais do Rio de Janeiro, que contou com apenas três participantes de um total de dezoito inscritos. Sugeriu, nesse sentido, que os planos de comunicação passem a ser exigência obrigatória na formulação dos projetos culturais, tanto no momento da inscrição quanto durante a execução, para que haja maior compromisso com o alcance e o envolvimento do público. Enfatizou que não se trata apenas de garantir o pagamento de cachê aos artistas, mas de lembrar que se trata de recurso público, o que impõe responsabilidade com a efetiva formação de público e com o impacto social do projeto cultural. Encerrando, reiterou a necessidade de se pensar criticamente a comunicação como parte central do fomento cultural. A **Vereadora Professora Livia** agradeceu a intervenção do Sr. **Marco Aureh**, em seguida, fez uma consideração complementar, destacando que **não é possível quantificar com precisão o número de pessoas que serão diretamente impactadas por uma manifestação artística**. Ressaltou que a arte atinge de formas diversas, por vezes subjetivas e mensuráveis, e que **sua relevância não pode ser reduzida apenas a indicadores numéricos ou quantitativos**. Nesse sentido, reforçou que, embora a comunicação e a formação de público sejam aspectos fundamentais, é preciso reconhecer que **a potência da arte vai além dos números**, alcançando dimensões simbólicas, afetivas e transformadoras, que nem sempre podem ser mensuradas objetivamente. Afirmou compreender a importância de se pensar estratégias de comunicação e formação de público, mas reforçou que a arte não se limita a métricas ou dados objetivos. Ao contrário, ela atua de maneira sensível, simbólica e profunda na vida das pessoas, transformando realidades e subjetividades de modos



que escapam à lógica puramente racional ou estatística. A Vereadora Professora Livia prosseguiu destacando que **o papel do poder público é justamente criar as condições para que o recurso público chegue até quem nunca acessou.** Reforçou que, ao garantir que uma pessoa consiga acessar um recurso por meio de um edital, o poder público cumpre sua função social de promover equidade e democratização no acesso às políticas culturais. Enfatizou que **é essa a missão das políticas públicas: possibilitar que novos sujeitos, historicamente excluídos dos circuitos formais da cultura e do financiamento público, tenham acesso ao fomento cultural,** ampliando as vozes, os repertórios e as linguagens representadas nas produções artísticas da cidade. A Vereadora Professora Livia continuou sua intervenção afirmando que, por exemplo, **um recurso público destinado à cultura deve ser compreendido como uma ferramenta para fazer cultura,** e que isso se dá a partir de uma perspectiva que vai além da lógica de retorno quantitativo ou de alcance mensurável. Complementou que, **diferente do que foi apontado anteriormente, entende que a comunicação é, sim, um aspecto fundamental,** mas que envolve uma complexidade muito maior. A comunicação não pode ser reduzida a um item técnico do projeto, **mas deve ser pensada como um campo estratégico e plural, que mobiliza diferentes linguagens, sujeitos e formas de relação com os territórios.** Destacou ainda que a comunicação, dentro da política cultural, **não se resume à divulgação,** mas envolve **outras pessoas, saberes, formatos e experiências,** que muitas vezes vêm das periferias, das juventudes, dos coletivos culturais, dos pontos de cultura. Por isso, a comunicação cultural precisa ser pensada **com mais profundidade e sensibilidade,** considerando que **arte e cultura não se medem apenas por número de acessos, mas por impacto simbólico, afetivo e político nas vidas das pessoas.** A Vereadora Professora Livia, dando continuidade à sua fala, afirmou que, por exemplo, um recurso destinado à cultura deve ser compreendido como um recurso para **fazer cultura,** ou seja, com esse fim em si mesmo, e não apenas como uma prestação de serviço mensurável. Destacou que essa compreensão parte de uma perspectiva diferente da apresentada anteriormente, especialmente no que diz respeito à comunicação. Ressaltou que, **no campo da comunicação,** entram outros elementos, **outros sujeitos** que poderão executar essa tarefa, com diferentes olhares e estratégias, e que essa dimensão é **muito mais ampla** do que a simples mensuração de público ou de alcance. A comunicação, segundo pontuou, **não pode ser compreendida de forma limitada,** pois envolve **relações com os territórios, com os saberes locais e com as linguagens próprias de cada comunidade.** Finalizou destacando que é preciso **entender a comunicação cultural como um instrumento de inclusão e valorização das expressões populares e periféricas,** e que o impacto da arte e da cultura **nem sempre pode ou deve ser quantificado,** pois atinge camadas simbólicas e subjetivas da vida das pessoas. A Vereadora Professora Livia, prosseguiu à sua fala destacando que a lógica da mensuração de alcance está muitas vezes **são mais relacionada à indústria que veicula a informação** do que propriamente à arte que está sendo produzida. Nesse sentido, reforçou que a arte não pode ser valorizada unicamente pelo número de pessoas que a acessaram, pois seu valor não está restrito à quantidade, mas sim à sua capacidade de provocar, sensibilizar e transformar. Afirmou que **arte e comunicação são campos distintos,** ainda que dialoguem entre si, e que, por isso, **devem ser tratados com critérios próprios,** respeitando a singularidade dos processos artísticos. Encerrou sua intervenção destacando que essas distinções são fundamentais para a



formulação de políticas culturais mais justas, inclusivas e efetivas. Na sequência, informou que daria continuidade aos trabalhos da audiência pública passando a palavra às pessoas inscritas para as intervenções do plenário. Convidando então, o Sr. **Leandro Correa** para fazer sua intervenção, o agradeceu e passou a palavra ao servidor. O Sr. **Leandro Correa**, solicitou a palavra para fazer um adendo, dirigindo-se à vereadora e aos presentes. Iniciou sua fala destacando que considerava desconfortável a posição física em que se encontrava, localizado no centro entre os demais participantes. Sugeriu, com cordialidade, que **a disposição poderia ser reorganizada em futuras ocasiões**, de forma a tornar o ambiente mais confortável e funcional para quem participa ativamente das discussões. O senhor **Leandro Correa**, prosseguiu sua intervenção apresentando-se formalmente. Informou que é militante dos **Direitos Humanos**, integrante da **Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**, tanto na seccional de Petrópolis quanto na do estado do Rio de Janeiro, e membro do coletivo do "Povo do Santo". Saudou a todos da mesa, a **Vereadora Livia** e agradeceu à pela oportunidade. Continuando, disse que a **Lei Aldir Blanc** veio realmente como foi falado por todos. O Sr. **Leandro Corrêa** prosseguiu sua fala destacando que a Lei Aldir Blanc foi criada para socorrer os fazedores de cultura em um momento crítico da história recente do país, durante a pandemia da Covid-19, período que classificou como caótico e de silenciamento coletivo. Enfatizou, que o referido recurso público surgiu justamente para fomentar a cultura em um contexto de extrema vulnerabilidade, atuando como instrumento de resistência e sobrevivência cultural. Na sequência, ressaltou que a referida legislação não pode ser interpretada apenas sob a ótica da arte institucionalizada, voltada aos grandes palcos e centros formais de apresentação artística. Ressaltou que a lei precisa ser aplicada considerando também o "chão de base", ou seja, os territórios periféricos, os terreiros de religiões de matriz africana, os sambistas e demais expressões culturais populares, que muitas vezes são invisibilizadas nas políticas públicas tradicionais. Enfatizou, que o referido recurso público surgiu justamente para fomentar a cultura em um contexto de extrema vulnerabilidade, atuando como instrumento de resistência e sobrevivência cultural. O **Sr. Leandro Correa** prosseguiu sua fala ressaltando a importância de que os recursos sejam efetivamente destinados aos territórios populares. Enfatizou: *"Que sejam levados esses recursos para esses lugares."* Em seguida, compartilhou uma reflexão crítica sobre a identidade do município: *"Petrópolis é uma cidade dita Imperial, sou muito contra esse nome, pois penso que não tem que ter mais. Para mim, Cidade Imperial não cabe mais. Porém, enfim, isso é uma outra discussão para outro momento."* Ao retomar a pauta da audiência, destacou que não é possível debater cultura sem considerar a cultura religiosa, afirmando vir expressar publicamente sua fé. Declarou-se praticante do Candomblé e da Umbanda, sendo também atuante nas redes sociais e espaços públicos na defesa do respeito às religiões de matriz africana. Reforçou que *"a cultura é um direito, mas a cultura vinculada à religião é uma resistência"*. Por fim, direcionou questionamento ao Secretário Municipal de Cultura, solicitando informações sobre as ações da Secretaria para assegurar que os recursos da Lei Aldir Blanc cheguem de forma efetiva às periferias, aos territórios mais distantes e às manifestações culturais tradicionais, inclusive as de cunho religioso. O Sr. **Leandro Correa** prosseguiu sua intervenção mencionando a Festa Ubuntu como exemplo concreto de manifestação cultural tradicional e de resistência. Informou que, na última reunião do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), foram repassadas informações indicando que a



realização da Festa Ubuntu, tradicionalmente realizada na Praça da Liberdade, poderia ser inviabilizada naquele local. Manifestou sua indignação diante dessa possibilidade, afirmando ser inadmissível que o evento seja deslocado, tendo em vista a importância simbólica e histórica da Praça da Liberdade para a população negra da cidade. Destacou que foi naquele espaço que ocorreram compras de alforrias e que ali está instalado o busto de Zumbi dos Palmares — “pequeno, mas está lá” — fruto de intensa luta das ancestralidades negras e dos movimentos sociais. Dirigindo-se ao Secretário Municipal de Cultura, questionou diretamente: “Qual seria o ato da Prefeitura, do Poder Executivo, para garantir, por exemplo, recursos para a Festa Ubuntu, como acontece com a Bauernfest, que enaltece os alemães?” Solicitou que o secretário pudesse explicar sobre essa questão e, se possível, apresentar resposta à demanda colocada. A Vereadora Professora Livia agradeceu a intervenção do Sr. Leandro Correa, destacando a importância das questões levantadas, especialmente no que se refere ao reconhecimento e à valorização das manifestações culturais tradicionais e religiosas de matriz africana. Em seguida, passou a palavra ao **Secretário Municipal de Cultura**, para que pudesse responder aos questionamentos apresentados. Informou ainda que o próximo inscrito era o Sr. **Guilherme Freitas**, orientando que o mesmo se preparasse, pois a palavra lhe seria concedida logo após a fala do secretário. O Secretário Municipal de Cultura, Sr. **Adenilson Honorato**, iniciou sua fala pedindo desculpas e solicitando a confirmação do nome do servidor palestrante anterior, o Sr. **Leandro Correa**. Em seguida, dirigiu-se diretamente a ele, afirmando: “**Leandro**, vamos lá. Primeiramente, o nosso trabalho aqui hoje é para escuta, mas eu vou te responder. Só quero deixar claro que não vou fugir da resposta, porém é importante que a gente tenha em mente que estamos aqui para ouvir a sociedade sobre onde vamos alocar os recursos. A Lei existe para isso, para que possamos, a partir da escuta pública, deliberar com a sociedade civil os segmentos que devem ser contemplados. Não se trata do poder público dizer de forma unilateral ‘vou colocar o recurso aqui ou ali’, mas sim da sociedade, junto com o poder público, decidir onde o recurso será alocado.” O Secretário destacou que o Sr. Leandro estava representando os povos tradicionais e que ele próprio já havia participado, ainda na Secretaria de Estado, ao lado da Secretária Daniele Barros, da construção do primeiro edital voltado para os povos tradicionais. Reforçou seu compromisso com a equidade, afirmando: “Eu sempre digo isso: nós temos que tratar também dos povos tradicionais com igualdade. E você pode ter certeza de que, se está havendo escuta — seja por meio do formulário online ou por meio das escutas presenciais — e houver manifestação da sociedade nesse sentido, será sim garantido um edital voltado para os povos tradicionais.” Ressaltou que já havia se manifestado nesse mesmo sentido em reuniões do Conselho Municipal de Cultura, destacando: “Não sou proponente. Quero poder entregar o recurso que chega para vocês.” Orientou que o segmento dos povos tradicionais se organize para participar da escuta pública e indicar essa demanda de forma coletiva: “Se houver 10 pedidos para dança, 10 para teatro e apenas um para povos tradicionais, eu, como gestor, tenho o dever de priorizar o que teve maior demanda. Mas se houver mobilização, essa prioridade pode mudar.” Convidou o Sr. **Léo França** e a Sra. **Diana Iliescu** a corrigirem, caso a explicação não estivesse de acordo com os normativos vigentes. Destacou que o papel do poder público é escutar a sociedade e alocar os recursos conforme as demandas apresentadas. Sobre a segunda pergunta formulada pelo Sr. **Leandro**, relativa à realização da Festa Ubuntu na Praça da Liberdade, o Secretário explicou que a questão não estava relacionada ao foco da audiência pública, mas reconheceu sua



importância. Informou que a demanda havia sido levada por Davi, representante no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), e esclareceu: *"A questão não é que não vai acontecer, mas que é necessário organizar. A Carla falou aqui sobre o choque de ordem, e é exatamente isso. Estamos com um crescimento muito grande de eventos na cidade, e eu apoio, porque eu venho de um lugar onde acredito que a cultura traz desenvolvimento, traz oportunidades. A Festa Ubuntu é uma festa importante, e a sua importância é reconhecida."* Contudo, alertou que há pressões de moradores do entorno da Praça da Liberdade contrários à realização de eventos no local, e que tais manifestações precisam ser consideradas. Mencionou que houve uma reunião conjunta com o Ministério Público, na qual foi mencionada a necessidade da elaboração de um plano de uso para o espaço da Praça da Liberdade, que será discutido com a sociedade civil: *"Portanto, é preciso cautela. Não se trata de impedir a festa, mas de encontrar uma maneira adequada de garantir sua realização de forma dialogada e organizada."* O Secretário Municipal de Cultura, Sr. Adenilson Honorato, deu prosseguimento à sua fala abordando especificamente a questão do financiamento da Festa Ubuntu. Informou que, no ano anterior, todos os membros do Conselho Municipal de Cultura acompanharam o processo de aprovação dos recursos destinados à referida festa, que se deu por meio do Fundo Municipal de Cultura. Esclareceu que tal recurso foi viabilizado pelo Conselho justamente porque, à época, não havia o aporte necessário por parte do Poder Executivo, conforme previsto na legislação. Explicou que a utilização do Fundo de Cultura foi uma alternativa diante da ausência de aporte financeiro direto, reiterando: — *"Foi aprovado por onde? Pelo Conselho. E saiu pelo Fundo de Cultura. Por que saiu pelo Fundo de Cultura? Porque não tinha o quê? O aporte necessário que a lei fala."* Solicitou o apoio da Sra. Diana Iliescu para confirmar a informação, ressaltando não ter receio de reconhecer eventuais equívocos: — *"Diana pode me ajudar. Eu não tenho preocupação nem medo algum de falar uma informação truncada aqui. Se estiver errado, pode puxar minha orelha. Eu não tenho medo de errar. Só erra quem faz."* Reforçou que, de fato, a lei determina a obrigatoriedade de aporte do Poder Público ao Fundo Municipal de Cultura e que tal aporte não foi possível devido à questão do ICMS, o que impactou diretamente as finanças do município. Sobre a edição atual da festa Ubuntu, afirmou: — *"Ainda estamos a seis meses, e vou buscar saber de onde nós vamos conseguir alocar esse recurso. Eu não posso dizer aqui: 'Vamos fazer assim ou assado'. A gente vai buscar. E com certeza vamos buscar o recurso para que possamos efetivar, como aconteceu no ano passado com a festa do Ubuntu."* Embora reconhecendo que o tema da Festa Ubuntu não se encontrava entre os objetos centrais da audiência pública, o Secretário reafirmou sua disposição em tratar da pauta: — *"Eu só estou colocando para você que isso aqui não é objeto da audiência pública. Mas não fujo do problema, não fujo da realidade. Sei que a gente tem que olhar. Eu também posso dizer que sou beneficiado com a realização da festa. Você pode ter certeza."* Finalizou sua intervenção com uma citação de uma ex-gestora com quem trabalhou, sinalizando a necessidade de organização e planejamento progressivo: — *"Vou terminar com uma frase que aprendi com a minha ex-chefe: 'Vamos começar a comer o boi pelo bife. Uma coisa de cada vez'. Realmente a gente precisa olhar para a periferia e fazer com que esse recurso chegue até lá. Qualquer coisa, estou ali à disposição. Pode bater que a gente vai ouvir. Pode puxar minha orelha que eu não tenho medo disso."*

Em seguida, a **Vereadora Professora Livia** passou a palavra para Diana, explicou que ela foi citada pelo Secretário, continuou dizendo ao **Secretário Adenilson Honorato**, que era necessário realizar uma distinção conceitual entre os temas tratados. Esclareceu que uma coisa é o orçamento destinado à realização da Festa Ubuntu e outra, distinta, é o que se refere aos valores alocados para os editais culturais, destacando que tais fontes e finalidades não devem ser confundidas. O **Secretário Adenilson Honorato** interveio afirmando: — “Ele só me fez duas perguntas: ‘como que se garante o recurso da Festa Ubuntu e quanto à questão dos editais’. Estou dizendo que esse é o objeto da audiência pública de hoje. E que a gente possa direcionar. E eu estou dizendo: se você conseguir — e claro, você não, mas o segmento — apresentar que está tendo muita procura, muita indicação, claro que o edital vai ser direcionado também uma parcela do recurso para aquele segmento.” Reforçou que sua intenção era esclarecer, caso sua resposta anterior não tenha sido suficientemente clara, ao ser provocado sobre como seria feito o direcionamento de recursos para a Festa Ubuntu. Disse: — “Eu só expliquei o seguinte: ‘da mesma forma que no ano passado se retirou do Fundo por questões financeiras, por não ter o ICMS, eu só citei a Diana porque ela estava na pasta no governo anterior. E ela falou na última reunião do Conselho das dificuldades com o ICMS do ano passado.’ O Secretário afirmou ainda que sua menção à gestão anterior se deu apenas em caráter técnico e respeitoso, sem intenção de fazer qualquer crítica, mas sim reconhecer a alternativa encontrada para viabilizar a realização da Festa Ubuntu. — Então eu só estou dividindo esse assunto. Como ele jogou essas duas coisas, só quero explicar, não criticando, mas positivamente. Ela (Diana), fez o que pôde. Ela achou esse caminho, e foi o caminho naquele momento da gestão. Onde ela achou um modo para não deixar de ter a festa, buscou pelo Fundo. É apenas um esclarecimento. Não criticando.” A Sra. **Diana Iliescu** iniciou sua fala esclarecendo que, em primeiro lugar, **em relação à Praça da Liberdade**, concordava que se trata de um local **estratégico e de grande relevância cultural**, especialmente para as populações afrodescendentes da cidade. Ressaltou que, inclusive, durante sua gestão, foi possível **retomar e concluir os murais iniciados no Festival de Cultura Urbana de 2016**, inserindo neles **figuras representativas da cultura afro-brasileira**, que hoje estão expostas no **grafite localizado no Centro de Informações Turísticas da Praça**. Reafirmou que a Praça da Liberdade possui **importância simbólica e histórica** para a cultura afrodescendente no município, razão pela qual **concordava com a defesa de sua utilização** para eventos culturais como a Festa Ubuntu. Contudo, observou que **há um processo de negociação constante com os moradores do entorno** e reconheceu a **pressão exercida pelo Ministério Público**, especialmente no sentido de **restringir a realização de grandes eventos no local**. Reforçou, entretanto, que **“a Praça é do povo, como o céu é do condor”**, e que os **espaços públicos devem ser utilizados em benefício da coletividade**. Destacou que os eventos devem acontecer nos locais **onde possuem valor simbólico e relevância para a cidade**, e que o **diálogo com a comunidade é fundamental** para que isso ocorra de **forma respeitosa e pactuada**. Mencionou que, durante sua gestão, **cada vez que surgia uma notificação do Ministério Público ou uma reclamação de moradores**, era feito um **esforço para dialogar, visitar, negociar e pactuar soluções**, com o objetivo de **contemplar todos os públicos**. Sobre a realização da Festa Ubuntu, esclareceu que, na ocasião, foram utilizados recursos específicos do **Fundo de Cultura**, provenientes de valores remanescentes das licitações da **Bauernfest e do Natal de 2024**. Enfatizou que **esses recursos não estavam**



Inicialmente previstos no orçamento regular dos editais de cultura, sendo, portanto, valores extras que viabilizaram a execução da festa sem prejuízo às demais ações da política cultural. A Sra. Diana Iliescu prosseguiu esclarecendo que, por acaso, ao final do exercício orçamentário do ano, a equipe da Secretaria de Cultura identificou valores disponíveis que não haviam sido contabilizados previamente para os editais, uma vez que já havia sido feito um planejamento pactuado anteriormente. Ressaltou que esses recursos foram fundamentais para viabilizar a realização da Festa Ubuntu, sem comprometer os valores destinados às demais ações culturais previamente programadas. Informou também que uma conquista importante da sua gestão foi a alteração da legislação referente à arrecadação da bilheteria da Casa de Santos Dumont. Explicou que, anteriormente, essa receita era automaticamente direcionada ao Tesouro Municipal, sem retorno direto à área cultural. A partir da mudança legislativa promovida, a bilheteria passou a ser vinculada diretamente ao Fundo Municipal de Cultura, o que representa um avanço significativo para a autonomia financeira do setor cultural. Acrescentou que, com essa alteração, uma porcentagem do valor arrecadado é destinada ao Fundo Municipal de Turismo, permitindo que ambas as políticas — de cultura e de turismo — sejam fortalecidas de forma integrada. Concluiu destacando que essa medida garante maior previsibilidade orçamentária e reduz a dependência da Secretaria de Cultura em relação aos repasses diretos da Secretaria da Fazenda, tornando o Fundo de Cultura mais autossustentável. Diana Iliescu deu continuidade discorrendo que, com a verba localizada no final do ano anterior, foi possível viabilizar a realização da Festa Ubuntu. "Explicou que esse recurso não estará disponível novamente, pois decorreu de um pacto anterior com a empresa 29, ainda no período em que havia licitação. Segundo detalhou, o valor era, em média, de R\$20.000,00, que deveria ser depositado obrigatoriamente no Fundo Municipal de Cultura pelas empresas vencedoras da licitação. Com esse montante identificado ao final do exercício, o Conselho Municipal de Cultura deliberou pela destinação do recurso para a realização da Festa Ubuntu. Ressaltou que a Ubuntu tem uma importância muito significativa, sendo que, nos anos de 2022 e 2023, foi possível conferir à festividade grande destaque com verba oriunda do Tesouro Municipal. Afirmou que, graças a esse aporte, foi possível realizar uma festa de grande porte, com a presença de artistas como: Mv Bill, Leci Brandão e com a valorização de muitos artistas e jovens locais, que tiveram oportunidade de se apresentar. Enfatizou que isso contribuiu para a criação de uma expectativa legítima em torno da festa, especialmente entre os setores da cultura afrodescendente. Diana destacou ainda que é justo e necessário que, assim como o município investe na Festa Italiana e na Festa Japonesa, haja também um investimento proporcional na Festa Ubuntu, por representar um segmento significativo da população de Petrópolis. Ressaltou, no entanto, que, embora a Bauernfest já esteja consolidada há muitos anos, as demais festas — incluindo a Ubuntu — também têm grande valor por representarem povos que contribuíram historicamente para a cidade. Por fim, sugeriu que a Festa Ubuntu também pode buscar captação de recursos por meio de parcerias, apontando que o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), que delibera sobre a programação da festa, pode se associar a empresas para captar recursos adicionais. Concluiu reiterando que a realização da Ubuntu é fundamental e que representa de maneira significativa uma parte da população petropolitana".



Em seguida, a **vereadora Professora Livia** agradeceu a Sr.^a **Diana** e passou para **Guilherme Freitas** e na sequência comunicou que após a fala de **Guilherme** passaria para o Sr. **Felipe Laureano**. **Guilherme Freitas** iniciou sua fala dando boa noite a todas, a todos e a todes e a todos que estavam assistindo e ouvindo. Parabenizou a vereadora **Professora Livia** pela audiência pública e todos que estavam compondo à mesa e em especial a **Alice Cavalcante** que trabalha com ele no PNCC no ICR. Iniciou falando que a PNAB foi feita para descentralizar, democratizar a verba da cultura. E quando vamos debater cultura não tem como falar que essa Casa naquela noite estava debatendo a ampliação do direito à cultura, porém, que estava restringindo o acesso à cultura para a Comunidade Transexual da nossa cidade. Uma vez que impede que as pessoas utilizam o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero e não somente de acordo com o seu sexo biológico. *"Essa Casa que institucionalizou a transfobia em nossa cidade vai restringir ainda mais o acesso da comunidade à política cultural. Então, a primeira coisa é falar sobre isso, pedir ao André Amon que é presidente do Conselho Municipal de Cultura, que na próxima reunião isso seja debatido que o CMC se pronuncie contrário a esse projeto transfóbico, que o CMC possa inclusive solicitar ao secretário de cultura, ao prefeito, uma mobilização para que esse projeto transfóbico seja vetado na nossa cidade porque isso dificulta o acesso à cultura de uma grande parcela da nossa sociedade. E não tem como ter uma audiência pública presidida pela vereadora do Passe Livre que é alguém que tem como pauta do seu debate a questão da tarifa zero. Não redobrar a proposta que ele fez e que foi aprovada na última Conferência Municipal de Cultura, que é onde tem grandes shows, onde tem grande evento cultural, que a passagem seja 0800. Porque a população pobre, trabalhadora e periférica precisa acessar a política e a cultura feita na nossa cidade. E não tem como acessar com a passagem sendo R\$5,30, com ônibus caindo aos pedaços e com empresário de ônibus sendo cada vez mais incentivado com dinheiro público. E por último, vereadora, e demais presentes, é falar sobre a importância dos editais de ações afirmativas. Antes de eu entrar para a gestão e fazer parte do Conselho pelo segmento de cultura afro, debatemos com bastante afinco a questão das cotas nos editais"*. Continuando **Guilherme Freitas**, iniciou sua fala destacando a importância do edital de ação afirmativa, defendendo que se trata de um instrumento que precisa ser mantido e, sobretudo, ampliado no município de Petrópolis. Dirigindo-se ao Secretário Municipal de Cultura, afirmou que o edital deve contar com mais vagas e, principalmente, com uma maior reserva orçamentária, de forma a garantir a efetividade das políticas públicas voltadas às ações afirmativas. Ressaltou que tais políticas devem contemplar pessoas negras, mulheres, população LGBTQIA+, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e que o fortalecimento dessas ações só ocorrerá quando esses grupos tiverem vagas garantidas, puderem se inscrever e acessar a política como proponentes de projetos culturais. Defendeu que o debate sobre essas garantias deve ocorrer no âmbito do Conselho Municipal de Cultura (CMC) e que é necessário fomentar projetos idealizados por pessoas periféricas, argumentando que não basta apenas discutir pontuação extra por descentralização territorial, mas que se deve avançar para a implementação de pontuação adicional específica para projetos que sejam oriundos e realizados por e para as periferias da cidade. Por fim, informou que apresentou tais sugestões também por meio da consulta pública online e reiterou que é fundamental ampliar esse tipo de política pública afirmativa na cidade, encerrando sua fala com agradecimentos. Em seguida, a **Vereadora Professora Livia** agradeceu as contribuições apresentadas pelo Sr. **Guilherme Freitas**, ressaltando



que as proposições feitas por ele seriam **encaminhadas junto à ata da audiência pública**. Na sequência, informou que o **próximo inscrito para uso da palavra** seria o Sr. **Felipe Laureano**, alertando também ao Sr. **Márcio Toledo** para que se preparasse, uma vez que sua intervenção se daria logo em seguida. O Sr. **Felipe Laureano** iniciou sua fala cumprimentando a todas as pessoas presentes e se apresentou como **produtor cultural**, atuante na Cultura da Cidade desde os **dez anos de idade**. Em seguida, contribuiu com informações acerca da **Festa Ubuntu**, mencionando que considera que **houve esquecimento** quanto ao início dos trabalhos da festividade no ano de **2022**. Informou que, na época, **ele e Felipe Graciano** haviam elaborado **um planejamento de cinco anos**, com o objetivo de que, futuramente, a festa pudesse realizar **captação própria de recursos** e alcançar maior sustentabilidade. Ressaltou que **todo o material já pré-construído** dentro do processo da festa **deve ser novamente viabilizado junto à Secretaria de Cultura**, e que **um diálogo permanente deve ser construído** entre o **Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial**, o **Segmento de Cultura Afro** e a própria **Secretaria de Cultura**, a fim de que se estruture a festa com maior solidez e estratégias de financiamento. Pontuou ainda que a **Festa Alemã (Bauernfest)** não é realizada exclusivamente com recursos públicos municipais, sendo fortemente apoiada por **captação externa**, e que **esse mesmo modelo estava previsto** dentro do planejamento da Festa Ubuntu. Acrescentou que a proposta de adoção desse formato **também deveria ser aplicada à Festa da Cultura Italiana**, embora essa dependesse de outras articulações que não se concretizaram. Concluiu destacando que **essa lógica de estruturação por meio de captação própria** deve ser a base da **Festa Ubuntu**, e dirigiu-se ao Secretário de Cultura afirmando que seria importante **tornar essa informação pública** para evitar **especulações de total dependência da festa em relação ao poder público**, esclarecendo que **esse nunca foi o objetivo original do projeto e ainda não é**. O Sr. **Felipe Laureano** prosseguiu sua fala afirmando que o objetivo central é fortalecer os laços entre os atores da cultura local para que seja possível efetuar captações de recursos junto a empresários locais dispostos a se conectar com as iniciativas culturais do município. Ressaltou que já existem empresários interessados em contribuir, inclusive por meio do mecanismo de incentivo fiscal do ICMS. Na sequência, apresentou considerações de ordem técnica com vistas ao aprimoramento das políticas públicas de cultura em Petrópolis. Ressaltou que tais visões não representam exclusivamente opiniões pessoais, mas são construídas com base nas experiências acumuladas ao longo de anos de trabalho e engajamento no setor cultural. Destacou que essas contribuições estão alicerçadas na história, salientando que é a história que abriga e preserva os fatos concretos, e não interpretações subjetivas ou achismos. Relatou que sua participação na formulação da política cultural da cidade remonta, ao menos, ao ano de 2009, quando foi abordado pelo então servidor Marcelo Moraes nas escadas do **Centro de Cultura Raul de Leoni**, ocasião em que ouviu pela primeira vez sobre a proposta de criação do Plano Municipal de Cultura. A partir daquele momento, passou a se envolver ativamente com o processo, que contou com a contribuição de diversas pessoas que atuaram ou atuam na cena cultural petropolitana. Destacou de forma especial o trabalho do senhor **Leonardo Cerqueira**, a quem reconheceu como um dos pilares da cultura no município, por sua atuação determinante tanto na elaboração do Plano Municipal de Cultura, quanto na implantação do Sistema. Nesse sentido, defendeu que sua trajetória e conhecimento técnico não podem ser ignorados dentro da atual e futura construção das políticas culturais em Petrópolis e das dinâmicas da Lei **Aldir**

Blanc, mesmo que dentro das escutas algumas pessoas possam não estar presentes. O Sr. **Filipe Laureano** retomou a palavra destacando que: "diversas pessoas se disponibilizaram, ao longo de praticamente um ano de reuniões, para contribuir com o processo de escuta e estruturação de um planejamento voltado à cultura no município, com horizonte de atuação para os próximos dez anos. Ressaltou que este planejamento deve ser lido, escutado e considerado, afirmando que, infelizmente, ele vem sendo ignorado". Em seguida, pontuou: "Primeiramente, a gente deve manter e fortalecer as ações educacionais voltadas à formação de novos produtores culturais. Com isso, a gente consegue sim atingir novas pessoas e publicizar cada vez mais as ações e os editais." Indicou que esta é uma das diretrizes fundamentais, mas que enfrenta um problema recorrente, uma vez que as formações acontecem de maneira paralela aos editais. Como exemplo, relatou que na última semana de um edital, comunicavam um bairro sobre sua existência; os interessados aprendiam como se inscrever, mas tinham apenas três ou quatro dias de prazo, o que inviabiliza a elaboração de propostas com a devida maturação e articulação coletiva. Destacou, assim, a importância de que as ações formativas antecedam a abertura das inscrições dos editais, garantindo tempo hábil para o desenvolvimento dos projetos". Prosseguindo, apresentou uma segunda diretriz que vem sendo trabalhada desde 2018, quando atuou na Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, mencionando a experiência com o programa "O Meu Primeiro Edital" — uma proposta voltada à inserção de novos produtores culturais no universo dos editais públicos. Informou que neste ano, o parecerista Marco Aurélio também atua nesse mesmo edital, e ressaltou que experiências semelhantes já foram realizadas pela SECEC - Secretaria Estadual de Cultura. Apontou que nos últimos dois anos houve formações voltadas a novos produtores e defendeu que, neste ano, é necessário oferecer oportunidades para esses mesmos produtores colocarem em prática os conhecimentos adquiridos, por meio de ações contínuas e planejadas. Reforçou que os cursos, oficinas e workshops devem ocorrer antes da abertura das inscrições dos editais, e que estas só devem se iniciar após a realização das ações formativas, garantindo que os participantes tenham tempo suficiente para absorver as informações e elaborar seus projetos com qualidade. Ao final, tratou brevemente da alocação de recursos, afirmando que esse ponto será amplamente debatido no âmbito do Conselho Municipal de Cultura, mas considerou importante destacar, de forma introdutória, que, ao se divulgar que o montante de R\$ 1.800.000,00 será disponibilizado via Conselho, cria-se uma expectativa equivocada sobre a possibilidade de realizar muitos projetos com recursos vultosos. Explicou que, por exemplo, 16 projetos no valor de R\$100.000,00 já representam R\$1.600.000,00 — o que corresponde a quase a totalidade do orçamento. Encerrou apontando a importância de equilibrar a distribuição dos recursos com base em critérios realistas e objetivos. O Secretário Adenilson comentou que fora que desses R\$1.800.000 cerca de R\$500.000,00 é para cultura viva. **Filipe Laureano** prosseguiu sua fala alertando para a necessidade de cautela no processo de planejamento das políticas públicas culturais, afirmando: "Acho que é legal ter calma no coração e ter um bom planejamento." Destacou que não se pode esquecer das diretrizes fundamentais, como o atendimento tanto a coletivos sem CNPJ, quanto àqueles com CNPJ, especialmente os que já atuam como empresas do setor cultural, sendo estruturas pré-estabelecidas que podem e devem ser fomentadas. Reforçou a importância de compreender que se trata de fomentos culturais e que é essencial considerar as limitações do município. Ressaltou que, apesar de Petrópolis contar com aproximadamente 300 mil habitantes, não é



possível formular uma política cultural ampla que beneficie apenas 16 ou 20 projetos. Defendeu, portanto, a necessidade de atingir o maior número possível de pessoas, ainda que, para isso, seja necessário reduzir o valor individual dos projetos contemplados, permitindo a pulverização e a pluralização do orçamento destinado à cultura. Pontuou que é indispensável ampliar o alcance geográfico das políticas, citando especificamente a necessidade de contemplar de maneira mais precisa regiões como Pedro do Rio e Posse, que muitas vezes permanecem à margem dos investimentos. Observou que os debates culturais costumam se concentrar em bairros como Cascatinha, e que raramente ultrapassam esses limites. Reconheceu que sua fala poderia soar dura, mas reafirmou a veracidade dessa constatação. Por fim, mencionou a dificuldade enfrentada por moradores de bairros mais afastados para participar integralmente das reuniões do Conselho Municipal de Cultura. Ressaltou que, embora haja representantes de localidades mais distantes, como Corrêas, a presença contínua e efetiva nessas instâncias é frequentemente comprometida pelas barreiras de deslocamento e acesso, o que deve ser levado em consideração no planejamento e na execução das ações culturais do município. O Sr. **Felipe Laureano** deu continuidade à sua fala, ponderando sobre a necessidade de **cuidado, planejamento e equilíbrio emocional** na condução das políticas culturais, especialmente diante das limitações orçamentárias e estruturais do município. Destacou a importância de **não se esquecer das diretrizes centrais** que devem orientar os editais e as ações culturais, com especial atenção para os **coletivos com e sem CNPJ**, além das **empresas culturais já estabelecidas**. Prosseguiu destacando a relevância de contemplar **todas as modalidades de proponentes culturais**: coletivos sem CNPJ, com CNPJ e **pessoas físicas**. Alertou para a **situação de muitos trabalhadores com carteira assinada que deixaram de ter MEI**, uma vez que a legislação passou a considerar o MEI como vínculo de trabalho, o que implica em perda de direitos trabalhistas. Dessa forma, afirmou que **priorizar exclusivamente CNPJ nos editais pode excluir esses trabalhadores culturais** que não têm outra forma jurídica de se inscrever. Tratando das **cotas afirmativas**, Felipe destacou que sua **implementação foi um processo difícil e desafiador**, que exigiu comprometimento além das aparências. Lembrou que embora o registro fotográfico da inclusão seja bem-vindo e celebrado, a **construção real da equidade exige trabalho contínuo e coletivo**. Reafirmou a importância de incluir **pessoas com deficiência, pessoas pretas, indígenas e demais grupos minorizados** nos processos culturais, mas pontuou que a **imposição de temáticas específicas pode ser uma limitação severa** em um município ainda carente de políticas amplas. Afirmou que, por vezes, *"essa será a única oportunidade de acesso a recursos, e reduzi-la a uma única pauta temática pode ser, em suas palavras, "cruel"*. Enfatizou que sua posição não reflete um consenso do segmento cultural, mas sim sua **posição pessoal como representante**, e que se posiciona **veementemente contra a imposição de temáticas obrigatórias**, embora defenda a **manutenção e o fortalecimento das diretrizes já construídas**. Finalizou esse ponto afirmando que **não se deve dar nenhum passo atrás, nem mesmo para ganhar impulso** — e que é preciso **avançar sempre**, ampliando o acesso e o alcance da política cultural. Por fim, fez um alerta sobre a prática de **uso indevido de tokens sociais** por proponentes de má-fé, que utilizam a imagem de pessoas de quilombos, comunidades tradicionais ou coletivos minoritários **apenas para obtenção de pontuação em editais**, sem qualquer compromisso real com essas comunidades. Criticou essa lógica oportunista, que, segundo ele, é uma distorção de políticas

vindas de cima para baixo — e reforçou a necessidade de uma **base sólida de execução local, com atenção constante às diretrizes e às salvaguardas éticas**. Encerrando, agradeceu pela oportunidade de fala e reiterou seu compromisso em seguir contribuindo nos espaços de construção da política cultural municipal. Isso aqui não é o começo, não é o meio e também não será o fim. encerrou sua fala agradecendo. Em seguida, a Vereadora **Professora Livia** agradeceu a presença e a contribuição do ex-presidente do Conselho Municipal de Cultura, destacando seu papel fundamental no enriquecimento da escuta pública durante a audiência. Logo após, convidou o **Sr. Márcio Toledo**, próximo inscrito, para fazer sua intervenção. O **Sr. Márcio Toledo** iniciou sua fala cumprimentando todas as pessoas presentes e registrou que se tratava de sua **primeira participação em audiência pública**, expressando gratidão pela oportunidade, especialmente ao **Sr. André Amon**, que o convidou. Apresentou-se como **professor de música com 21 anos de experiência**, ministrando aulas particulares e desenvolvendo ações em comunidade desde o início de sua trajetória. Comentou que sempre buscou levar música às comunidades, mas que desconhecia os mecanismos públicos para viabilizar esse trabalho enquanto atuava na **Escola de Música da UCP**. Passou a ter contato com projetos comunitários ao participar de iniciativas realizadas pela própria UCP na **Paróquia de Araras** e em **São José do Vale do Rio Preto**, o que o motivou ainda mais. Em 2024, ao conhecer o modelo de **escolas em tempo integral** em Petrópolis, identificou ali uma oportunidade para expandir seus projetos musicais. Iniciou suas atividades nas escolas **Ana Mohammad** (Sargento Boening) e **Governador Marcelo Alencar** (Espírito Santo), estendendo posteriormente ao bairro **Independência** e à escola **Sargento Boening**. Em 2023, seu projeto alcançou **mais de 320 crianças**, e neste ano atende cerca de **228 crianças**, oferecendo aulas de música semanais. Descreveu sua metodologia em sala de aula: dividindo a aula de **50 minutos em três partes**, começava cantando ou tocando com os alunos músicas por eles escolhidas; seguia com a introdução de instrumentos pouco acessíveis à comunidade por meio de atividades lúdicas — como desenho explicativo e instrumentos recicláveis — e encerrava com o uso dos instrumentos disponíveis (violão, teclado, percussão etc.), proporcionando contato direto das crianças com esses elementos. Destacou o impacto observado na **formação musical e cultural dos alunos**, mencionando o entusiasmo de crianças que nunca ouviram nomes como **Milton Nascimento**, mas que passaram a experimentar diversos estilos musicais. Frisou que a experiência reforça sua convicção de que políticas culturais como a **Lei Aldir Blanc** podem ter **grande poder transformador**, oferecendo **liberdade de escolha cultural genuína** às crianças, ampliando seus repertórios e abrindo horizontes. Finalizou sua exposição declarando que, com um apoio eficiente e estruturado, seria possível expandir significativamente esse tipo de iniciativa, contemplando as **33 escolas de ensino integral** existentes no município e ampliando o alcance das aulas de música nas comunidades escolares de Petrópolis, fortalecendo a cultura desde a base educacional. Em seguida, a Vereadora **Professora Livia** agradeceu ao **Sr. Marcelo** por sua participação e contribuição e prosseguiu destacando: *"Quero inclusive contribuir com a sua fala. A próxima inscrita agora é a Cristiane Monteiro, mas antes gostaria de ressaltar a importância de valorizarmos, também nas comunidades, as expressões artísticas que surgem nesses territórios. Quando você fala de aulas de música, de instrumentos e tudo mais, é fundamental lembrar que há muitas pessoas nas comunidades que compõem, que sabem fazer rima, e isso é algo extremamente desafiador. Essa capacidade de elaborar o pensamento, transformar isso em*



música, e de comunicar algo que faça sentido para outras pessoas é algo muito potente. Então, quando falamos de arte e das diversas culturas, é fundamental que valorizemos aquilo que é produzido, pensado e feito ali, dentro das comunidades." Concluiu convidando a Sra. **Cristiane Monteiro** para fazer suas contribuições. Nesse momento, o Secretário Municipal de Cultura, Sr. **Adenilson Honorato**, solicitou a palavra para uma breve intervenção. Informou: "O **Leo Cerqueira** me chamou a atenção agora, e eu já havia feito uma conversa rápida com a equipe há um tempo atrás, onde citei alguns modelos de editais, vereadora, que o Estado desenvolveu — e um deles tem tudo a ver com o que ele mencionou: trata-se de um edital de arte e educação. Então, acredito que é importante trazer esse segmento, fortalecer essa pauta dentro das escutas, especialmente nas escutas online, para que possamos, quem sabe, construir esse edital de arte e educação. A ideia é que ele possa atuar dentro das comunidades, em articulação com as escolas, com parcerias que são fundamentais para viabilizar essa atuação." A Sra. **Cristiane Monteiro** iniciou sua fala cumprimentando os presentes e dirigindo saudações à mesa. Registrou que considerava o debate extremamente relevante, pois traz em sua bagagem experiência acumulada como ex- gerente de Políticas Públicas do Instituto Municipal de Cultura (IMC). Ressaltou que, durante o **primeiro ciclo da PNAB**, houve grande mobilização popular, com participação de cerca de 80 a 100 pessoas nas escutas públicas. Lamentou que esse movimento espontâneo tenha diminuído e que, atualmente, o **Conselho Municipal de Cultura esteja mais focado em outras questões**, sem aprofundar a discussão sobre a aplicação dos recursos da PNAB, especialmente quando já se encontra no final de junho e há um prazo limitado para a realização dos editais. Destacou a importância de se refletir com profundidade sobre os **pareceristas dos projetos culturais**, lembrando que os últimos editais foram alvo de críticas relacionadas a essa questão. Como alguém que atuou na gestão de projetos e lidou diretamente com as propostas aprovadas, afirmou que é fundamental **garantir que os pareceristas tenham tempo hábil e conhecimento da realidade local**, recebendo briefing adequado para que suas avaliações sejam adequadas e contextualizadas. Observou que essa demanda por aprimoramento não é exclusiva de Petrópolis, sendo uma pauta recorrente em diferentes cidades do país. Reforçou que estamos lidando com um **direito constitucional**, mas também com recursos limitados, o que exige escolhas cuidadosas sobre quais iniciativas serão contempladas. Pontuou que a configuração de muitas possibilidades de uso desses recursos — do funk ao violino, do carnaval à produção comunitária — exige diretrizes claras e atualização constante do plano de metas. Lembrou que o **Plano Municipal de Cultura**, documento estratégico do Sistema Municipal, já encontra-se com suas metas defasadas em torno de dois a três anos. Destacou que, como assessora da vereadora Professora Livia, pretende convocar a **sociedade civil organizada para colaborar na revisão deste Plano**, sugerindo que as metas sejam formalmente instituídas por lei para assegurar sua efetividade. Por fim, fez uma pontuação cuidadosa ao sistema municipal: embora Petrópolis tenha sido pioneira ao implementá-lo, algumas ferramentas ainda não operam plenamente. Citou especificamente o **Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais**, que considera crucial para a implementação de editais temáticos e para o acompanhamento das políticas culturais. Defendeu que o funcionamento dessa ferramenta seria um passo decisivo para consolidar as diretrizes já construídas e assegurar o alcance das ações culturais no município. Continuando, a Sra. **Cristiane Monteiro** ressaltou que o **Sistema Municipal de Cultura** já possui uma ferramenta (site e cadastro) onde artistas se inscrevem para

os editais. No entanto, enfatizou que esse sistema precisa, na prática, **retroalimentar a formulação da política pública**. Perguntou como o Conselho e a gestão vão decidir a destinação dos recursos sem informações sistematizadas — especialmente sobre quais segmentos estão sub representados ou ausentes dos editais. Observou que, embora dados sejam coletados, **não são devidamente organizados nem divulgados, conforme exige a legislação**. Defendeu que, com **dados confiáveis sobre a produção cultural local**, suas potencialidades e lacunas, seria possível **direcionar as políticas públicas de forma mais precisa**. Atualmente, segundo ela, as escolhas são feitas de forma intuitiva, baseadas em conhecimento empírico, como a experiência do Sr. Marco Aureh e do Sr. Adenilson, que conhecem bem a realidade local. Mas ressaltou que **para deliberar sobre temáticas e valores dos editais**, é essencial **subsidiar o Conselho com informações consistentes**. Lembrou também da importância das **escutas públicas sistemáticas**, destacando que, durante a gestão da Sra. Diana, em que o Conselho atuou de fato como instância deliberativa, houve maior respaldo à deliberação coletiva. Porém, reforçou que, **se o Conselho não for adequadamente subsidiado**, fica sem base técnica para decidir sobre volumes, formatos e prioridades. Sobre o posicionamento anterior do Sr. Laureano — de fragmentar os recursos entre muitos proponentes —, expressou discordância parcial. Argumentou que **projetos maiores podem contemplar uma ampla cadeia cultural**, incluindo produtores, técnicos, oficinairos, equipe de apoio, etc. Além disso, destacou que **o recurso público é proveniente de impostos de todos os cidadãos**, não de artistas somente, e, portanto, deve atender a toda a população. Defendeu que, **além de reforçar a comunicação**, é fundamental avaliar **como o Fundo Municipal de Cultura tem sido utilizado ao longo dos anos**, e contratar **estudos técnicos ou profissionais** para mapear essa aplicação. Observou que, com mais de uma década de editais, já existe repertório que serve de base para essa análise. Acrescentou que outra funcionalidade do Sistema Municipal de Cultura que ainda não foi implementada — **o sistema de capacitação e formação** — também pode fortalecer a gestão cultural. Citou a **iniciativa de formação de multiplicadores culturais**, promovida durante a gestão da Sra. Diana como um bom começo, que já trouxe inscrições e mobilização. Reconheceu, porém, que foi apenas um **primeiro passo** nesse sentido, e que há necessidade de continuidade e ampliação desse mecanismo. **Dando continuidade à sua fala**, a Sra. Cristiane Monteiro explicou que, quando uma pessoa já foi capacitada — ou seja, já participou de editais e aprendeu a elaborar projetos — ela pode auxiliar outros grupos, em modelo sob demanda. Solicitou que fosse registrado na audiência que **essa iniciativa, mesmo que ainda com outro nome, deve ser mantida e aprimorada**. Enfatizou a necessidade de que o **Sistema Municipal de Capacitação e Informação seja efetivamente implementado e regulamentado com maior eficiência**. Lembrou que há discussões na Câmara para tornar obrigatória a realização de **capacitações periódicas**, pois acredita que somente assim será possível **democratizar o acesso aos recursos dos editais**. Acrescentou uma observação sobre a temática dos editais. Mencionou que houve várias reclamações, especialmente relacionadas ao **edital de literatura**, que foi subdividido por áreas temáticas — e que alguns segmentos receberam apenas R\$ 5.000,00, valor insuficiente para contemplar todas as suas possibilidades. Em sua avaliação, **implementar temáticas sem conhecimento prévio da realidade local, com base em dados, é complexo demais**. Citou que o edital chegou a ter sua temática alterada — passou a não exigir menção a Dom Pedro, por exemplo — e considerou importante registrar esse



episódio como aprendizado, fruto de escutas como a desta audiência. Por fim, destacou a relevância das contribuições aqui apresentadas e de futuros encontros. Compartilhou que **haveria uma nova audiência pública na próxima segunda-feira, às 19h**, com foco na temática da cultura em relação ao Toque de Recolher e ao chamado "Choque de Ordem" na cidade — um movimento que, segundo ela, impacta diretamente a cultura local. O **Secretário Adenilson Honorato** prosseguiu sua fala, utilizando linguagem informal mas com a máxima sinceridade e franqueza: Ele afirmou que, na condução do edital de literatura, agiu de maneira "democrática" ao ouvir críticas da sociedade, demonstrando disposição para corrigir os rumos quando necessário: **"Se errei, eu conserto, não tem problema, foi uma iniciativa, quero deixar isso claro"**. Reconheceu que adotou a temática de Dom Pedro motivado pela celebração do bicentenário da cidade, e que, embora a medida não visasse ao uso do recurso diretamente, trazia um simbolismo que remonta à sua infância: **"Quando eu era pequeno conheci esse tema de Dom Pedro..."**. No entanto, ao perceber o descontentamento e as críticas, especialmente vindas da OAB — incluindo o posicionamento contrário ao uso da identidade "imperial" — decidiu recuar imediatamente: **"Cristiane, falei: 'Não, então tá bom, vamos recuar; não é por causa de perder, mas por necessidade de escutar e ver que eu estava errado'"**. Explicou que o edital foi reduzido à modalidade de **contação de histórias**, um segmento enquadrado em literatura, e que obteve **50 inscrições**. Destacou, ainda, que percebeu um forte clamor da comunidade literária por atenção a essa área, o que sinaliza a necessidade de **replicar o formato do edital**, porém com escopo ampliado que não se limite à contação. Manifestou compromisso com uma reformulação, indicando que pretende construir a nova proposta em conjunto com o **Conselho Municipal de Cultura**, informou ter retomado o edital em discussão com o colegiado, e assinalou que isso irá enriquecer a decisão: **"Isso vai me ajudar para nós podermos corrigir..."**. Finalizou reafirmando seu propósito de ser um gestor responsável à serviço da sociedade: **"Estou ali para fazer o que a sociedade quer, sou só um gestor, mas tenho que ter participação da sociedade. Eu não achei que errei, mas achei que estaria ajudando contando a história da cidade. Mas a sociedade não quis, falei: 'Março, vamos dar um passo atrás, a sociedade não quer assim, e na frente a gente tenta corrigir.'"** Em seguida, a vereadora **Professora Livia**, chamou o **Sr. Marcelo**, para fazer sua intervenção e comunicou que estava chegando ao final da audiência. O **Sr. Marcelo Moraes** iniciou sua fala cumprimentando todas as pessoas presentes, a composição da mesa e, especialmente, aquelas que se mantêm em luta e resistência cultural. Pediu desculpas antecipadamente por eventuais **"protocolos quebrados"**, afirmando que quem já o conhece entende seu estilo, enquanto quem ainda não o conhece terá oportunidade de percebê-lo. Agradeceu as falas de **Felipe Laureano** e **Cristiane Monteiro**, que abordaram, em sua avaliação, a questão da PNAB (**Política Nacional Aldir Blanc**) — tema no qual disse ter experiência prática em Petrópolis. Destacou a dificuldade de manter vozes historicamente silenciadas — "soterradas" pelas "botas imperiais" há muitos séculos —, mas afirmou que, embora o propósito coletivo tenha se perdido, não seguirá esse caminho. Mencionou a importância de refletir: **"O objetivo final da PNAB é quem?"**, referindo-se ao propósito e aos públicos-alvo dessa política pública. Afirmou que, embora cada pessoa tenha suas opiniões, essa discussão representa um estágio de amadurecimento que pode elevar a qualidade da aplicação da PNAB em Petrópolis. Relatou que é difícil lidar com tantas vozes silenciadas e caladas ao longo da história, especialmente diante do peso simbólico de estruturas opressoras, mas que



seguia ali por um propósito — ainda que, segundo suas palavras, muitos tivessem se desviado desse mesmo propósito. Declarou: "Eu também estou aqui pela minha conveniência, assim como os demais". Em seguida, destacou a importância de uma reflexão profunda sobre a PNAB, indagando sobre seu objetivo final. Citando a fala de **Aureh**, ponderou que cada pessoa tem um tipo de opinião e que esse exercício de diversidade pode amadurecer o debate e contribuir para uma aplicação mais qualificada da **PNAB**, sobretudo em Petrópolis. Apontou a dicotomia recorrente na cidade entre investir de forma pulverizada ou em projetos grandes e complexos, caracterizando essa dualidade como reflexo da cultura ser tratada como o "primo pobre" dentro das políticas públicas. Ressaltou que, mesmo sendo uma audiência pública sobre uma lei relevante para trabalhadores e trabalhadoras da cultura, apenas dois mandatos estavam presentes na Casa Legislativa, questionando o comprometimento político e o esforço necessário para que mais representantes participassem. Lamentou ainda o esvaziamento do público presente, atribuindo isso, em parte, à longa espera de uma hora e meia para que a sociedade civil pudesse se manifestar. Sugeriu, respeitosamente, que se repensasse a dinâmica das falas, com blocos mais objetivos, para gerar maior interesse e engajamento da população. **Marcelo** defendeu que o Estado deve continuar sendo a mola propulsora do mercado da cultura, como já ocorre com outros setores, e destacou a necessidade de priorização dos artistas e trabalhadores da cultura no debate cultural, sob risco de perder-se o foco da política pública. Fez uma crítica ao frágil lobby da cultura, mencionando a falta de recursos, de estrutura e de valorização dos músicos locais. Citou, emocionado, o fim da sua banda — da qual participava ao lado de **Carol Guerra** — como exemplo de um projeto que não resistiu à falta de apoio em Petrópolis. Relatou os altos custos arcados pelos próprios integrantes com gravações, shows e deslocamentos, sem que houvesse estrutura local que estimulasse um mercado sustentável. Condenou a prática recorrente na cidade de músicos se apresentarem com os mesmos cachês de anos anteriores, sem qualquer reajuste, além de precisarem arcar com seus próprios equipamentos e logística, dada a ausência de infraestrutura nas casas de show. Encerrou apontando a contradição entre o discurso institucional que enaltece a produção musical e a realidade precária enfrentada pelos artistas petropolitanos, afirmando que poderia fazer tais críticas porque já se encontrava, segundo suas palavras, na "geladeira" do circuito cultural da cidade desde gestões anteriores por causa de suas convicções políticas. O Sr. **Marcelo Moraes** prosseguiu relatando que, apesar de sua banda não ter tido "musculatura" (recursos) para manter-se ativa por um tempo, enfrentou grandes dificuldades frente à ausência de apoio institucional. Destacou que, na cidade, não há investimento efetivo em áreas como o Hip Hop, considerando paradoxal que esse estilo musical e cultural seja citado como parte importante de Petrópolis quando na prática não recebe fomento ou oportunidades reais. Segundo ele, músicos locais tocam com o mesmo cachê desde 2019, assumem a infraestrutura técnica, transporte e logística por conta própria, sem suporte técnico ou equipamentos adequados por parte da cidade. Observou: *"O músico vai tocar no Bar X, o Bar X não tem equipamento; vai tocar no Bar Y, também não tem; o músico leva tudo, faz manutenção, transporte, montagem, sem dinheiro para pagar técnico."* Criticou ainda a mitologia de Petrópolis como "cidade dos musicistas", afirmando que na realidade poucos artistas conseguem se manter profissionalmente. Mencionou que sua banda, embora tenha se apresentado em grandes casas cariocas como Imperator e Arcos da Lapa, não recebeu sequer uma apresentação pela gestão local. Em discurso emocionado, questionou a validade de promover



simbologias imperiais na cultura, retomando o tema da homenagem a Dom Pedro no edital literário. Ele afirmou sentir-se protegido pelos "Orixás" por não ter a informação da temática, referindo-se à "úlceras" causada pela imposição simbólica. Declarou que o Império no Brasil foi um regime de escravização, pilhagem, saques, violência e desigualdade fundiária, com repercussões profundas na cultura petropolitana. Destacou que a cultura da periferia, como o Hip Hop, não foi contemplada efetivamente nos editais anteriores, ao contrário da homenagem ao legado imperial. Ressaltou que a cultura periférica demanda políticas estruturadas, capazes de profissionalizar e gerar renda: formar artistas e profissionais como produtores musicais ("Bitmakers") e ampliar o mercado da cultura. Criticou o foco restrito da cidade em medidas como "Choque de Ordem" e "Toque de Recolher", afirmando: *"Petrópolis precisa olhar a Cultura com viés de desenvolvimento, de representatividade, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento econômico."* Como exemplo concreto, citou o caso da boate da Rua 13 de Maio, que ao fechar, resultou em perda de empregos (em torno de 20) e de oportunidades para artistas, DJs e orquestras. Em complemento, vale registrar que a Cultura Hip Hop foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial de Petrópolis em dezembro de 2022, reconhecendo suas manifestações artísticas como breaking, rap, DJ e graffiti — uma ação legislativa que abre caminho para iniciativas de fomento público desse segmento. O Sr. **Marcelo Moraes** retomou sua intervenção destacando a importância de discutir o retorno econômico dos investimentos culturais, mencionando estudo divulgado pela Secretaria Estadual de Cultura que indica multiplicadores robustos: **"a cada R\$ 1 investido retornava R\$ 8 à economia, e no audiovisual chegava quase R\$ 10"**. Considerando essa premissa e projetando-se o investimento de aproximadamente **R\$ 2 milhões em cultura para Petrópolis**, ele alegou que haveria um impacto de quase **R\$ 16 milhões** na Cultura de Petrópolis. **Marcelo** apontou que tais debates precisam ser elevados ao público, especialmente considerando que resistência simbólica (como a oposição de moradores à programação na Praça da Liberdade) não deveria impedir a utilização de espaços públicos para cultura. Ele afirmou que não busca convencer essas pessoas a mudar de opinião, mas sim propor que **saíam do centro da cidade** ou deixem o espaço para os projetos culturais se manifestarem, enfatizando que: *"Um músico fazendo show na praça, um artista circense se apresentando no teatro: isso gera dinheiro para a cidade inteira."* Destacou que eventos culturais deveriam ser vistos como investimentos estruturantes, ao contrário de iniciativas pontuais. Lamentou o baixo engajamento na **consulta pública**, afirmando que ela teve **menos respostas do que o número de proponentes contemplados nos editais anteriores**, o que evidencia a necessidade de estratégias de mobilização mais eficazes. O Sr. **Marcelo Moraes** prosseguiu enfatizando a responsabilidade coletiva sobre o debate cultural: ressaltou que cada pessoa presente — seja como cidadão, profissional ou gestor — tem o dever de trazer à tona a discussão sobre a cultura como vetor central da sociedade; advertiu que, se não levarem a cultura a esse centro de debate, continuará-se a justificar a escassez de recursos com o argumento de que "não dá dinheiro", quando na verdade "as pessoas não sabem que isso gera economia". Ele destacou a importância de se avançar em direções como uma eventual captação privada para a Festa Ubuntu, argumentando que a comunidade negra de Petrópolis é significativamente maior do que outras comunidades étnicas representadas na cidade. Por isso, não faz sentido exigir que a Ubuntu tenha equivalência orçamentária com outras festas étnicas: segundo ele, isso indicaria uma profunda injustiça e uma distorção de prioridades culturais. **Marcelo Moraes**



criticou a proposta de limitar a representatividade cultural a poucos eventos, propondo ao contrário uma programação contínua ao longo do ano dedicada às culturas afro-brasileiras e tradições locais, contrapondo-a a apenas três finais de semana reservados às influências europeias. Finalizou a intervenção ressaltando que a cultura não é apenas entretenimento — é instrumento de empoderamento, memória, equidade e economia. **Marcelo Moraes** prosseguiu sua intervenção reforçando que todos os presentes — sejam cidadãos, profissionais ou gestores — têm responsabilidade na promoção do debate cultural perante a sociedade. Afirmou que, sem essa mobilização, continuará prevalecendo a justificativa de que *“não há dinheiro para cultura”, quando na verdade “as pessoas não compreendem o valor econômico gerado por essas iniciativas”*. Ele afirmou que os recursos da Lei Aldir Blanc (PNAB) devem ser utilizados com foco em qualificação — tanto de pessoas envolvidas quanto dos projetos. Criticou oportunistas que submetem candidaturas com documentação deficiente apenas com a intenção de permanecer no sistema cultural urbano. Segundo ele, isso compromete o desenvolvimento de uma política séria e aprimorada. Como proponente, relatou estar há anos sem aprovação de projetos locais, em parte pela própria participação em gestões públicas, mas continuava atuando como produtor e artista. Observou-se que a Lei **Aldir Blanc** pode qualificar o mercado cultural de Petrópolis, formando públicos e profissionais que atraiam recursos externos à cidade. Um técnico de som ou iluminação capacitado poderia trazer renda ao município, em vez de ser drenado por artistas de fora, que recebem cachês bem superiores aos dos locais. **Marcelo Moraes** retomou sua fala destacando que, após levantar os pontos necessários, enfatiza que a destinação dos recursos da Lei Aldir Blanc deve estar centrada na qualificação — tanto das pessoas envolvidas quanto dos próprios projetos. Reconheceu a dificuldade de implementar essa perspectiva quando alguns conhecidos do circuito cultural se ressentem com a rejeição de suas propostas, lamentando ter recebido candidaturas incompletas — algumas com indícios de má-fé — que precisaram ser descartadas. Alertou que essas pessoas podem influenciar a escuta pública de forma indevida. Como proponente ativo, relatou estar há anos sem aprovação de projetos, em parte devido à sua atuação enquanto gestor, mas continua atuando como produtor e artista. Defendeu que a Lei **Aldir Blanc** pode qualificar o mercado cultural local, formando públicos e capacitando profissionais (por exemplo, técnicos de som, iluminação, roteiristas), que podem captar recursos externos e retornar investimentos para Petrópolis. Questionou a disparidade entre o alto custo de serviços artísticos de fora — que recebem 20 a 50 vezes mais de cachê — em comparação ao que os artistas locais recebem anualmente. Encerrou agradecendo a todos e a quem estava assistindo pelo YouTube, pontuando que os comentários estavam desligados e as pessoas que estavam assistindo também não puderam comentar. Em seguida, a **Vereadora Professora Livia** agradeceu ao Sr. **Marcelo** pelas contundentes intervenções. Comentou que acredita que todos ali saíram com um olhar mais atento à Política Nacional Aldir Blanc, compreendendo que sua aplicação e execução no município devem respeitar suas diretrizes normativas. Destacou também a importância de se observar os princípios da Lei de Fomento à Cultura — eficiência, racionalidade administrativa, desburocratização, descentralização e respeito à diversidade cultural. Salientou que é fundamental que uma cidade como Petrópolis entenda que a destinação de recursos culturais deve ser democrática e garantir voz a todas as pessoas. Expressou surpresa com a existência de comentários bloqueados em transmissões no YouTube, percebendo tal prática como um padrão a ser superado.

Recomendou que fossem disponibilizados os canais de suas redes sociais aos participantes e incentivou a população a responder à pesquisa de opinião da prefeitura, com os resultados sendo monitorados pelo Conselho Municipal de Cultura. Afirmou que um dos principais objetivos da audiência pública é estimular a participação do público e da sociedade civil na tomada de consciência sobre a política nacional, acompanhando a aplicação dos recursos federais nos municípios — especialmente em Petrópolis — pelos próximos quatro anos. Enfatizou que o acompanhamento não deve se limitar à chegada dos recursos, mas sim garantir que não ocorra em Petrópolis o que o Congresso Nacional tentou fazer, que era a retirada de verbas da política cultural, posição que foi rechaçada pelo Ministério da Cultura. Por fim, destacou que essa deve ser uma luta permanente: a defesa do orçamento da cultura contra qualquer tentativa de redução ou violação. Em seguida, passou a palavra ao Sr. **André Amon**, que desejava contribuir com novas colocações. O Sr. **André Amon**, na qualidade de ex-presidente do Conselho Municipal de Cultura, iniciou sua intervenção com uma provocação retórica: "Quanta desordem será necessária para que tenhamos uma perfeita ordem?" Prosseguiu relacionando o esvaziamento da plenária e dos debates às escolhas impostas às novas gerações: *"Está diretamente ligado à pergunta que fiz: 'Você queria seu filho artista ou médico?'"* Recordou sua própria trajetória: escolheu seguir a arte por ter proximidade com grandes artistas locais, o que o levou a representar Petrópolis internacionalmente. Orgulha-se de ter trabalhado com tais músicos e de poder convocá-los para suas iniciativas culturais na cidade. Relacionou-se em especial com o Sr. **Márcio Toledo**, a quem referiu como militante da "Boa Arte", cujo entendimento transcende visões rígidas. Enfatizou que é necessário ir muito além do debate formal, refletindo sobre a aplicabilidade real das políticas culturais. Destacou que, embora as cotas afirmativas sejam importantes para reparação histórica, é preciso atenção para que não se criem "exceções" discriminatórias, como quando se privilegia determinados grupos étnicos ou culturais em detrimento de outros em situação similar. Lembrou que a cidade de Petrópolis se auto identifica como "Imperial", mas que seus habitantes, miscigenados desde o período imperial, raramente são reconhecidos enquanto produtos culturais locais. Observou que muitas pessoas são valorizadas fora da cidade, mas ignoradas internamente, o que considera uma afronta à sua dignidade cultural. Questionou a eficácia da aplicação dos recursos culturais: se os agentes locais não compreendem ou não conhecem seu direito, não será possível garantir sua efetividade. Ele destacou a necessidade de maior participação popular nas decisões, uma vez que as leis e decretos que orientam os mecanismos culturais emanam dessas instâncias legislativas. Recordou um episódio em que a polícia interrompeu manifestações culturais na Mosela, quando estava presente ao lado do Secretário Adenilson, atribuindo aos próprios cidadãos e seus representantes parte da culpa — afinal, leis são votadas e podem ser revertidas por meio da ação política local. Expressou o desejo de que Petrópolis se torne um polo cultural relevante a nível nacional, mas criticou o fato de que figuras como Rodrigo Santoro (artes cênicas) ou Luís Henrique (futebol) sejam associadas à cidade, enquanto o ator cultural local luta por reconhecimento dentro de casa. Finalizou apontando que muitos pais não desejam que seus filhos se tornem artistas, como se isso fosse uma meta inalcançável como ser Neymar em poucos anos. Propôs que se inventassem novas formas de projetos, como um filme coletivo com artistas locais, para inspirar e transformar essa percepção. O Sr. **André** prosseguiu enfatizando a necessidade de despertar o interesse e romper com o pensamento limitado de que um edital de **R\$1.800.000,00** *"não resolve o mundo"*.

Propôs que se fosse produzido um filme coletivo com **artistas reais da cidade** — aquele vendedor na praça, aquela produtora cultural, narrando suas trajetórias — isso ajudaria a romper o círculo de favorecimento de proponentes do centro e impulsionaria a cultura nos quilombos e periferias. Sugeriu ainda que a Secretaria de Cultura poderia gerar receita via **royalties de artistas locais**, com contratos que incluam doações para os fundos culturais. Uma música pode gerar milhões de reais e, assim, o município poderia reinvestir na própria cultura, em vez de priorizar cachês de artistas de fora. André destacou que ensinar arte sem que a pessoa acredite na própria carreira é inócuo. Muitos atuam por ocupação, não por vocação. Por isso, é responsabilidade dos legisladores e gestores — nas Câmaras Municipais, na ALERJ, na Câmara Federal — fazer uma leitura crítica sobre o que impacta negativamente. Ressaltou que, muitas vezes, leis impopulares são votadas em plenárias sem compreensão ampla de seus efeitos. Reforçou que a transformação cultural requer **coragem** e profundidade: “quem sabe com um pouco de desordem a gente consiga a mais perfeita ordem”. Criticou autoridades que exercem poder simbólico — como o controle sobre a música na Praça da Liberdade — e lembrou que essas prerrogativas estão estabelecidas em lei, lei essa que pode ser mudada pelos mesmos representantes presentes à audiência. Em seguida, a **Vereadora Professora Livia** agradeceu ao Sr. **André** por sua contribuição e ressaltou: que muitas leis são formuladas por pessoas que **não vivenciam as dores do povo**, tampouco conhecem a cultura local; que já ouviu dentro desta Casa Legislativa comentários como: “tem dinheiro para festa, tem dinheiro para cultura, mas não tem dinheiro para outras necessidades básicas” — ponderando que a **cultura é também uma necessidade básica**, e esse entendimento nem sempre é evidente aos legisladores; enfatizou que, apesar dessas visões equivocadas, **Petrópolis tem condições de adotar perspectivas inovadoras**, e que é justamente o que têm buscado implementar. Afirmou que agradecia especialmente ao Sr. André por sua atuação no Conselho Municipal de Cultura, que tem sido decisiva para enfrentar esses desafios. Logo em seguida, passou a palavra à **Sra. Amanda**, que estava representando a **Vereadora Júlia Casamasso**, informou que em seguida seriam realizados os encerramentos da audiência. A **Sra. Amanda** iniciou sua intervenção agradecendo a oportunidade e ressaltando um ponto central das discussões: o papel do programa **Cultura Viva** e dos **Pontos de Cultura**, citados anteriormente pela Vereadora **Professora Livia** e pela colega **Carla**. Ela explicou que o **Programa Cultura Viva** é uma política pública de Estado, institucionalizada pela Lei nº 13.018/2014, que reconhece coletivos e agentes culturais comunitários como **Pontos de Cultura**, valorizando suas ações nos territórios e contribuindo para cultura, educação e cidadania. Fundamentado nessa rede, Petrópolis conta com uma **rede organizada de Pontos de Cultura** desde 2020, considerada patrimônio da cultura comunitária local. **Amanda** expressou saudação à **Iara Rocha**, certificadora dos Pontos de Cultura pelo Ministério da Cultura e colaboradora na construção conjunta da proposta de **Política Municipal da Cultura Viva**, protocolada na Casa Legislativa, que dialoga com os temas debatidos na audiência. Destacou que a política da Cultura Viva tem um papel essencial para **democratizar e descentralizar a cultura**, levando recursos às bases já com produção cultural existente, ao contrário da visão reducionista que associa democratização apenas a oferecer aulas de violino — ao passo que cultura é voz, protagonismo e expressão comunitária por fim, propôs dois encaminhamentos: **Busca ativa nos territórios**, para identificar e reconhecer quem já faz cultura na base local, mas muitas vezes não se identifica ou não se reconhece



como agente cultural; **Valorização da rede municipal de Cultura Viva**, ampliando seu papel e apoio institucional, de modo que se torne referência para política pública efetiva na cultura de base. **Amanda** prosseguiu ressaltando que, além da busca ativa nos territórios, é fundamental considerar uma proposta da **rede Cultura Viva: ampliar o percentual de recursos hoje destinados à Cultura Viva pela PNAB**. Atualmente, os municípios são obrigados a aplicar no mínimo 25% dos recursos da **Aldir Blanc** no programa Cultura Viva, mas a **rede** sugere aumentar esse percentual, reconhecendo que o **reconhecimento institucional precisa ser acompanhado de aporte financeiro** direto às bases. Encerrou sua intervenção agradecendo à plateia e estendendo saudações à **rede Cultura Viva**, presente ao longo da audiência, destacando a importância de valorizar e fortalecer essa rede de cultura comunitária. A **Vereadora Professora Livia** agradeceu à Sra. **Amanda** e a todas as pessoas presentes, afirmando que sua mandata está integralmente à disposição dos fazedores e fazedoras de cultura, bem como dos trabalhadores e das trabalhadoras culturais de Petrópolis. Enfatizou seu compromisso com a valorização das distintas expressões culturais da cidade e com a aplicação eficiente do orçamento da cultura, não apenas para fomentar o desenvolvimento cultural, mas também como vetor de geração de emprego e distribuição de renda — elementos essenciais para uma política pública eficaz. Declarou encerrada a presente audiência pública de escuta sobre a PNAB em Petrópolis, agradeceu a presença de todas e todos e informou que, na próxima semana, será realizada outra audiência pública com temática diferenciada. A Presidente, **Vereadora Professora Livia**, declarou encerrada a Audiência Pública às 22h.


Petrópolis - Portugal
Assistente de Apoio às Comissões
Mat. 19/22.048/25

